

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC NÍCOLAS PFLUEGER RAYNAL LIRA

A CRISE DE SUEZ E AS LIMITAÇÕES EXPLICATIVAS DE MORGENTHAU:
a complexa relação entre Estados Unidos da América e Reino Unido enquanto
aliados em disputa

Rio de Janeiro

2022

CC NÍCOLAS PFLUEGER RAYNAL LIRA

A CRISE DE SUEZ E AS LIMITAÇÕES EXPLICATIVAS DE MORGENTHAU:
a complexa relação entre Estados Unidos da América e Reino Unido enquanto
aliados em disputa

Dissertação apresentada à Escola de Guerra
Naval, como requisito parcial para conclusão do
Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF (RM1) Ohara Barbosa Nagashima

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2022

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Mônica, pelo apoio incondicional, pela compreensão diante dos momentos de ausência na confecção deste trabalho e pela responsabilidade de cuidar de nossos filhos e nossa casa durante esses momentos.

Aos meus filhos Théo e Ísis, pela paciência durante os períodos dos quais me furtei de aproveitarmos juntos.

A todos meus familiares pelo apoio e incentivo durante a preparação para o concurso e o curso do C-EMOS propriamente dito.

Ao meu orientador, CF (RM1) Ohara Barbosa Nagashima, pelas orientações seguras e instrutivas sobre como superar o desafio de produzir um trabalho científico.

Ao CMG (RM1) Leonardo Mattos, pela contribuição prestimosa de auxiliar na revisão do texto com os olhos experientes de seu conhecimento de geopolítica.

À Escola de Guerra Naval, na figura de seu diretor, corpo docente e oficiais da coordenação do C-EMOS, por proporcionar os conhecimentos e a estrutura necessários que possibilitaram a confecção deste trabalho.

Aos meus colegas oficiais alunos do C-EMOS 2022, pelo apoio, camaradagem e incentivo. Em particular àqueles da turma Almirante Leal Ferreira, os quais sempre busquei honrar e representar de maneira impecável, agindo com disponibilidade, amizade e me valendo do exemplo e de concretos valores morais.

“Tudo é mais complicado do que se possa imaginar e, ao mesmo tempo, mais complicado do que se poderia conceber.”

(GOETHE)

RESUMO

A complexidade da realidade dificilmente consegue ser descrita por apenas uma teoria, por mais consagrada e abrangente que ela seja. Isso se mostrou de forma destacada durante a Crise de Suez. As posições de Estados Unidos da América e de Reino Unido, aliados que gozavam de uma relação especial desde o fim da Segunda Guerra Mundial, foram divergentes durante toda a crise. Utilizando tal fato como motivação, esta dissertação tem como propósito compreender as relações diplomáticas entre esses Estados durante tal crise, identificando suas principais decisões e seus fatores geradores, à luz da teoria realista de Hans J. Morgenthau. Assim, o trabalho compara fundamentos selecionados da referida teoria com a realidade dos fatos ocorridos durante Suez, representados pelas decisões tomadas por esses dois aliados e pelos seus aspectos condicionantes. Uma vez identificadas tais decisões, são analisados os numerosos fatores que as motivaram, utilizando a ferramenta dos níveis de análise das relações internacionais. Ao se utilizar a lente realista sobre tais fatores, conclui-se que parte deles tem aderência com a teoria de Morgenthau, porém, também existem aspectos emocionais, individuais e casuísticos que influenciaram as referidas decisões para o desfecho causado por elas. Por fim, este trabalho percebe que a realidade é bastante complexa, ainda mais diante da multiplicidade de atores e contextos que cercaram as relações entre Reino Unido e Estados Unidos da América em Suez, havendo dificuldade de sintetizá-las utilizando apenas uma lente teórica. Essa intrincada rede de interesses e justificativas acabou por ratificar a ascensão dos Estados Unidos da América como potência mundial em disputa com a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, bem como a queda de Reino Unido e França para a posição de potências de segunda linha no sistema internacional. As considerações aqui apresentadas sugerem a relevância deste estudo para os níveis executores, principalmente o segmento militar, no intuito de acompanhar e compreender as motivações políticas e sociais que influenciam nas decisões políticas, as quais interferirão diretamente em suas missões e resultados.

Palavras-chave: Crise de Suez. Estados Unidos da América. Reino Unido. Realismo. Morgenthau. Canal de Suez. Dwight D. Eisenhower. Anthony Eden. John Foster Dulles.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Estreito de Tiran	57
FIGURA 2 – Império Britânico em 1919	58
FIGURA 3 – Império Britânico em 1938	58
FIGURA 4 – Império Britânico em 1945	59
FIGURA 5 – Império Britânico em 1959	59
FIGURA 6 – Ligação entre o Mar Vermelho e o Mar Mediterrâneo (1956)	60
FIGURA 7 – Canal de Suez	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AG –	Assembleia Geral das Nações Unidas
EUA –	Estados Unidos da América
FMI –	Fundo Monetário Internacional
ONU –	Organização das Nações Unidas
OTAN –	Organização do Tratado do Atlântico Norte
SGM –	Segunda Guerra Mundial
URSS –	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	A TEORIA REALISTA CLÁSSICA	10
2.1	O Realismo e seu contexto	10
2.2	O Realismo morgenthaliano	12
2.3	Considerações parciais	17
3	A CRISE DE SUEZ	19
3.1	Contextualização	19
3.2	Breve histórico da Crise de Suez	23
3.3	Aspectos que influenciaram as principais decisões dos governos dos EUA e do Reino Unido	29
3.3.1	Pressões internas e o sentimento imperialista remanescente	30
3.3.2	Intermediação de Dulles e erros de percepção	31
3.3.3	Combate ao colonialismo e busca pela influência nos Países Não Alinhados	33
3.3.4	Quadro clínico de Anthony Eden	34
3.3.5	Ameaça soviética e Eisenhower como o “Defensor da Paz”	36
3.3.6	Eleição presidencial norte-americana	38
3.3.7	Questão econômica britânica	39
3.4	Considerações Parciais	40
4	A TEORIA DE MORGENTHAU APLICADA À CRISE DE SUEZ	42
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
	REFERÊNCIAS	53
	APÊNDICES	55
	ANEXOS	57

1 INTRODUÇÃO

A Crise de Suez ocorreu em 1956 e ainda levanta questionamentos. Esse importante evento histórico que marcou o fim da República Francesa e do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte como potências de primeira linha se deu no contexto da Guerra Fria¹ (1947-1989). Tais Estados eram importantes aliados dos Estados Unidos da América (EUA) contra a influência comunista da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS). Parte desses questionamentos se deve à postura norte-americana de não apoiar seus principais aliados da recém-encerrada Segunda Guerra Mundial (1939-1945) na ação militar empreendida por eles contra o Egito em Suez, o que nos serviu de motivação para a escolha do referido objeto. Essa escolha se torna mais relevante pelo momento geopolítico atual, com possíveis mudanças na estrutura da governança global por conta do conflito entre Rússia e Ucrânia, em que os atores se movimentam de acordo com seus interesses em uma perspectiva realista.

Portanto, esta dissertação tem como propósito compreender as relações diplomáticas entre Reino Unido e EUA durante tal crise², identificando suas principais decisões e seus fatores geradores, à luz da teoria realista de Hans J. Morgenthau. Para tal, formulamos a questão principal de pesquisa: as relações diplomáticas entre Reino Unido e EUA durante a Crise de Suez possuem aderência com a teoria realista? Mas antes de chegarmos a tal resposta, focaremos na seguinte pergunta de apoio: quais foram as principais decisões de cada um desses Estados no decorrer da crise e quais foram os aspectos que mais as influenciaram?

¹ A Guerra Fria foi uma rivalidade política contínua entre os EUA e a ex-URSS que se desenvolveu após o término da Segunda Guerra Mundial (SGM). Esse termo foi cunhado por George Orwell em um artigo publicado em 1945 (AUGUSTYN, 2022).

² Neste trabalho utilizamos o conceito de crise adotado pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que a caracteriza como uma situação nacional ou internacional em que se ameaçam os valores, os interesses e os objetivos prioritários das partes em questão (VEGA, 2007). O foco deste trabalho não é na gestão da crise em si, mas na relação entre atores estatais. Para aprofundamento da questão específica de gerenciamento de crises, consultar Vega (2007).

Na busca pelas respostas a essas questões, utilizaremos o desenho de pesquisa confronto entre teoria e realidade, considerando como objeto as relações diplomáticas entre os EUA e o Reino Unido durante o período da Crise de Suez, mais especificamente entre 16 de julho de 1956 (negativa do financiamento para a construção da represa de Assuã) e 22 de dezembro de 1956 (retirada das tropas franco-britânicas de Suez). A pesquisa não empregou hipóteses.

Para atingir o propósito descrito anteriormente, no capítulo dois enunciaremos a teoria realista de Morgenthau, selecionando seus fundamentos que se relacionam com a crise em questão. No capítulo três, enunciaremos os fatos históricos mais relevantes da Crise de Suez e identificaremos as principais decisões de EUA e Reino Unido, bem como os fatores que os levaram a tomar tais decisões, respondendo à questão de apoio. Na pesquisa, buscamos utilizar fontes primárias, como um artigo do embaixador dos EUA no Reino Unido durante a crise, e visões dos lados britânico e norte-americano. No capítulo quatro, será o momento no qual confrontaremos os fundamentos teóricos selecionados com as decisões e seus fatores extraídos da realidade, verificando se há aderência entre eles, buscando responder à pergunta principal de pesquisa. Por fim, utilizaremos o capítulo cinco para mostrar uma visão geral das relações diplomáticas entre EUA e Reino Unido durante a crise, tecendo nossas considerações finais.

Utilizando os níveis de análise das relações internacionais³, priorizaremos o nível do Estado nesta dissertação (perspectiva de seus governos). Porém, por vezes será necessário transitarmos nos demais níveis analíticos para compreendermos melhor a realidade. Apesar do papel protagonista da França na crise, ela não é o foco deste trabalho, sendo citada por motivo de contexto. Concluída esta introdução, seguiremos com a apresentação dos fundamentos teóricos que servirão de base para o confronto com os principais acontecimentos de Suez.

³ Os níveis de análise (indivíduo, Estado e sistema internacional) são usados para dividir a análise da política internacional diante da complexidade o mundo empírico (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2014). Essa ferramenta será abordada de forma complementar no capítulo 2.

2 A TEORIA REALISTA CLÁSSICA

Neste capítulo temos a intenção de explicar a teoria realista clássica, escolhida como base teórica a ser aplicada nas relações entre EUA e Reino Unido durante a Crise de Suez. Não temos o objetivo de dissecar e esgotar o assunto, mas sim de enunciar e explicar alguns de seus conceitos, os quais serão utilizados neste trabalho.

Adicionalmente, citaremos brevemente os antecedentes, o contexto histórico e a repercussão da teoria; assim como uma breve biografia do autor e personalidades políticas de renome influenciadas por suas ideias. Tais informações visam contextualizar o Realismo, realçando sua importância e descrevendo seus desdobramentos.

2.1 O Realismo e seu contexto

O sistema internacional que permeia as relações entre os Estados é complexo, carecendo de teorias e perspectivas para nos ajudar a compreendê-lo. Uma perspectiva importante em relações internacionais é o Realismo, que busca analisar tais relações interestatais de uma maneira objetiva e racional.

A teoria realista abrange as ideias de diferentes pensadores, sendo composta por diversas correntes como, por exemplo, o Realismo Ofensivo, o Realismo Defensivo e o Neorealismo⁴ (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2014). Suas ideias datam de diferentes períodos históricos, sendo enunciadas por Tucídides (400-460 a.C.), em sua obra *História da Guerra do Peloponeso*; por Santo Agostinho (354-430); por Nicolau Maquiavel (1469-1527), em sua obra *O Príncipe*; e por Thomas Hobbes (1588-1679), em seu tratado *O Leviatã* (MINGST; ARREGUÍN-

⁴ Neste trabalho não utilizaremos tais correntes, sendo apresentadas a título de contexto.

TOFT, 2014). Tal lista não visa enumerar todos os pensadores realistas, mas apenas citar alguns dos mais relevantes.

Diante da pluralidade de ideias contidas na teoria realista, escolhemos como fundamento teórico deste trabalho, o Realismo Clássico, enunciado por Morgenthau em sua obra de 1948: *Política entre as Nações: A Luta pelo Poder e pela Paz*⁵. Tal escolha se deveu a dois motivos principais. O primeiro deles foi a influência que essa obra teve na política internacional, principalmente a norte-americana, após sua publicação.

Com o término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), outra teoria de relações internacionais estava em alta: o Liberalismo⁶. Porém, a inabilidade da recém-criada Liga das Nações⁷ em resolver os conflitos entre os Estados e as atrocidades ocorridas durante a SGM, serviram para que, utilizando-se da obra de Morgenthau, a teoria realista passasse a ser preponderante na política internacional. O Realismo influenciou, principalmente, a estratégia norte-americana adotada em boa parte da Guerra Fria, tanto por George Kennan⁸, quanto por Henry Kissinger⁹ (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2014).

O segundo motivo pela escolha da referida obra foi a proximidade temporal com o objeto deste trabalho, que ocorreu em 1956. Ambos os motivos sugerem a utilidade dessa teoria para tentarmos compreender os fatos históricos, as decisões e os movimentos de EUA e Reino Unido no contexto da Crise de Suez.

As ideias de Morgenthau foram revisitadas e debatidas inúmeras vezes ao longo de pouco mais de setenta anos, demonstrando sua relevância. O próprio autor lançou diversas

⁵ Título original: "*Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace.*"

⁶ Liberalismo é a perspectiva teórica de relações internacionais que diz que a natureza humana é boa, pregando a cooperação internacional em busca da paz duradoura (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2014).

⁷ Liga das Nações foi uma organização de cooperação internacional estabelecida em 1920 pela iniciativa dos aliados vitoriosos após a Primeira Guerra Mundial (WALLENFELDT, 2022).

⁸ George Frost Kennan foi um diplomata e historiador norte-americano, autor da política da contenção soviética durante a Guerra Fria (WESTAD, 2017).

⁹ Henry Alfred Kissinger foi secretário de Estado dos EUA entre 1973 e 1977 (KISSINGER, 1994).

edições posteriores da obra mencionada anteriormente, marcando a evolução de seu pensamento, influenciado pelos fatos históricos e pelas conjunturas que se seguiram. Isso pode ser observado pela citação a seguir, retirada do prefácio escrito por Ronaldo Mota Sardenberg¹⁰ (1940-), da tradução para o português da sexta edição de *Política entre as Nações*.

Política entre as nações sobreviveu às mudanças políticas, aos novos fatores econômicos, primeiro, de natureza trans nacionalizante e, agora, globalizante, assim como à revolução tecnológica e à emergência das organizações não-governamentais, que transformaram de forma definitiva o mundo (MORGENTHAU, 2003, p. XXVIII).

Sardenberg expressa nessa citação a atualidade da obra de Morgenthau. Isso se deveu não apenas à evolução de seu pensamento ao longo da segunda metade do século XX, mas também pela sólida base teórica plantada em sua edição original.

Por conta do exposto, decidimos utilizar, adicionalmente à edição de 1948, alguns conceitos e perspectivas de edições e releituras posteriores de sua obra magna. Tal decisão se deu a fim de não descolar nossa análise dos dias atuais, facilitando que seus resultados possam ter aplicabilidade no contexto presente.

2.2 O Realismo morgenthaliano

Hans Joachim Morgenthau (1904-1980) nasceu em Coburg, Alemanha, e se tornou um cientista político e historiador, cujas ideias contribuíram sobremaneira para o Realismo Clássico. Tendo frequentado as universidades de Berlim, Frankfurt e Munique, posteriormente cursou sua pós-graduação em Genebra. Chegou a trabalhar como presidente interino do Tribunal de Direito Trabalhista em Frankfurt, mas foi novamente para Genebra, desta vez para ministrar aulas de direito público (MUNRO, 2022).

¹⁰ Ronaldo Mota Sardenberg é um diplomata brasileiro, tendo sido ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Ministro de Ciência e Tecnologia, dentre outros cargos.

Por conta da ascensão de Adolf Hitler (1889-1945) ao poder na Alemanha em 1933, Morgenthau permaneceu mais alguns anos em Genebra, havendo, posteriormente, lecionado em Madrid. Finalmente emigrou para os EUA em 1937. Foi naturalizado cidadão norte-americano em 1943 e atuou em diversas universidades daquele país até falecer na cidade de Nova Iorque (MUNRO, 2022).

Na edição original de 1948 de *Política entre as Nações*, são apresentados elementos que serão utilizados no transcurso deste trabalho. Na segunda edição, publicada em 1954, Morgenthau organiza parte desses elementos nos *Seis Princípios do Realismo Político*. Nesta dissertação serão utilizados apenas os três primeiros: a política internacional é governada por leis objetivas que são fruto da natureza humana (inclusa a luta pelo poder); o interesse (dos Estados) é definido em termos de poder; e o conceito de interesse definido como poder é universal, porém seu significado varia de acordo com o contexto político, histórico e cultural (MORGENTHAU, 1954). Para a melhor compreensão desses princípios, é necessária a explicação de conceitos prévios, que serão abordados a seguir.

Segundo Mingst e Arregín-Toft (2014), a análise da política internacional é facilitada pela sua divisão em três níveis: nível do indivíduo, nível do Estado e nível do sistema internacional. Com esta divisão, é possível analisar, sob óticas diferentes, a influência, os interesses e as ações de cada um desses entes nas relações políticas globais.

Outro conceito importante a ser especificado é a definição de poder.

Quando falamos de poder, no contexto deste livro, não temos em mente o poder do homem sobre a natureza, ou sobre um meio artístico, tal como a linguagem, a fala, o som, a cor, ou sequer sobre os meios de produção ou de consumo; ou sobre si mesmo, no sentido de autocontrole. Ao falarmos de poder, queremos significar o controle do homem sobre as mentes e ações de outros homens (MORGENTHAU, 1948, p. 13, tradução nossa).¹¹

¹¹ No original: “When we speak of power in the context of this book, we have in mind not man’s power over nature, or over an artistic medium, such as language, speech, sound or color, or over the means of production or consumption, or over himself in the sense of self-control. When we speak of power, we mean men’s control over the minds and actions of other men.”

Podemos extrair da citação anterior que Morgenthau entende poder como a capacidade de controlar os outros, seja sobre suas mentes, seja sobre suas ações. Ainda que o exemplo dado seja no nível de análise do indivíduo, Morgenthau utiliza esse conceito no relacionamento entre Estados, cuja disputa pelo controle de uns sobre os outros (disputa pelo poder) acaba por ser o objetivo principal.

Nesse contexto, Morgenthau (1948, p. 14, tradução nossa) também conceitua Poder Político, como sendo “uma relação psicológica entre aqueles que o exercem e aqueles sobre quem ele é exercido. Ele dá aos primeiros, controle sobre certas ações dos últimos, por meio da influência que os primeiros exercem sobre suas mentes.”¹² Nesse extrato da obra, podemos identificar que novamente Morgenthau define poder como controle sobre as mentes e as ações dos outros, sendo o poder político a ampliação do conceito inicial de poder, só que agora para grupos de pessoas e Estados.

Objetivando uma melhor compreensão, o autor ainda difere o poder político da força (ex. poder policial, poder militar), do amor e da influência. Apesar de importantes, tais conceitos não serão ampliados neste trabalho por não serem os mais relevantes na análise das relações entre EUA e Reino Unido na Crise de Suez, objeto desta dissertação.

O poder político exerce o controle sobre indivíduos, grupos sociais ou Estados, por intermédio do impacto em suas mentes. No caso de Estados; em seus governantes, na elite política dominante e na opinião pública. Ele deriva de três fontes: a expectativa de benefícios, o receio de desvantagens e o respeito ou amor por indivíduos e instituições (MORGENTHAU, 1948). São dessas emoções de expectativa, receio e respeito que surgirá mais um elemento da teoria realista a ser utilizado em nosso trabalho: a necessidade da sobrevivência por parte

¹² No original: “a psychological relation between those who exercise it and those over whom it is exercised. It gives the former control over certain actions of the latter through the influence which the former exert over the latter’s minds.”

dos Estados, o qual será tratado mais à frente. Neste momento, já clarificados alguns conceitos básicos, podemos retornar aos princípios da teoria que serão utilizados.

Conforme já antecipado, o primeiro princípio do Realismo Político diz que a política internacional é governada por leis objetivas que são fruto da natureza humana. Esse princípio remete ao nível de análise do indivíduo que, segundo Morgenthau (influenciado por Hobbes, Maquiavel, dentre outros), teria uma natureza pessimista e egoísta, preocupada com sua segurança e baseada no instinto de sobrevivência. Tal natureza faz com que a luta pelo poder seja uma constante intrínseca do ser humano. Essas leis racionais e objetivas supostamente advindas da natureza humana regem, não apenas os indivíduos, mas a sociedade, a política e, conseqüentemente, o comportamento dos Estados no cenário internacional (MORGENTHAU, 1948).

A consequência da aplicação dessas leis racionais e do comportamento dos Estados, de acordo com a analogia à natureza humana, é demonstrada em seu segundo princípio: o interesse dos Estados é definido em termos de poder. Assim como o ser humano, os Estados buscam a sobrevivência diante de um sistema internacional anárquico, sem um ente superior que o governe (MORGENTHAU, 1948). Para tal, enxergam que o poder é o caminho que lhes proverá tal sobrevivência pois, de acordo com sua definição, esse poder será capaz de controlar “ações e mentes” dos demais Estados que poderiam lhe ameaçar.

Mais do que isso, o poder lhes confere vantagens, que vão variar de acordo com seus interesses focados no poder. Tais interesses podem ser econômicos, territoriais, demográficos etc. Mas todos eles acabam conferindo-lhes uma posição que proporciona segurança e seja favorável. Morgenthau (1948, p. 17, tradução nossa) exemplifica bem a universalidade da busca pelo poder quando escreve a seguinte afirmação: “Se o desejo de poder não puder ser abolido em todos os cantos do mundo, aqueles que dele ficarem curados

serão simplesmente vítimas do poder dos demais.”¹³ A suposição de que mesmo que fosse possível haver uma “cura” para o desejo de poder nos remete à realidade de que ela teria que ser aplicada a todos, pois como esse sentimento é universal e intrínseco à natureza humana, do contrário sempre haveria alguém que atingiria um poder capaz de subjugar os demais.

O terceiro princípio do Realismo Político enunciado por Morgenthau nos diz que seu conceito de interesse definido como poder é universal, porém o significado desse poder varia de acordo com o contexto político, histórico e cultural. Para analisar tal assertiva, vale o exercício de nos colocarmos em diversas posições ao longo da história. Durante a Idade Média, a posse da terra era considerada como símbolo de poder, uma vez que os servos estavam associados a ela. Já para um imperador romano na Idade Antiga, é possível que a posse de múltiplas legiões em suas fronteiras lhe conferisse o poder necessário para conter as invasões bárbaras. Na atualidade, o poder econômico é um objetivo de muitos países, que visam o acúmulo de capital como forma de controle sobre os demais Estados. Se a caracterização do poder muda dessa forma, o interesse dos entes que o almejam permanece constante, invariavelmente ocorrendo a busca por ele.

Adicionalmente aos princípios do Realismo Político apresentados por Morgenthau, existem outros conceitos de sua obra que são úteis na análise do objeto de nosso trabalho. Tais conceitos serão explicitados a seguir.

Se o interesse dos Estados é formulado em torno do poder, suas posturas políticas podem ser caracterizadas por três padrões básicos: conservar o poder, aumentá-lo ou demonstrá-lo (MORGENTHAU, 1948). Um Estado que tenha sido bem-sucedido em sua busca pelo poder, ou ainda, que esteja trilhando tal caminho, pode tomar qualquer uma dessas

¹³ No original: “*If the desire for power cannot be abolished everywhere in the world, those who might be cured would simply fall victims to the power of others.*”

posturas. Ele pode se contentar com o poder já alcançado, dirigindo suas ações de modo a conservá-lo. Pode, ainda, adotar uma política imperialista e agir de modo a ampliá-lo, se projetando ainda mais internacionalmente. Finalmente, esse mesmo Estado hipotético pode querer demonstrar seu poder diante dos demais, visando reforçar alguma das posturas anteriores.

A tentativa de conservar o poder nos remete a um outro importante conceito a ser utilizado neste trabalho, enunciado por Morgenthau: a política do *status quo*¹⁴. Embora tenha sido oriunda dos textos de tratados de paz, ela pode ser utilizada em outros tipos de movimentos de política externa. O autor ampliou o conceito do termo, que deixou de se referir somente a uma restauração da soberania e da territorialidade de um Estado após um conflito, mas passou a significar a manutenção da distribuição do poder entre países. Manter o *status quo* representa não haver mudanças significativas nessa distribuição, de modo a não permitir que um Estado ultrapasse a posição de outro, em termos de poder. Tal política normalmente é utilizada por países poderosos que visam conservar seu poder, impedindo a ascensão dos demais.

2.3 Considerações Parciais

Uma vez que apresentamos a teoria realista clássica, explicando sua relevância e seu contexto histórico, pudemos chegar até um de seus principais autores e sua obra magna. Hans J. Morgenthau, com seu livro *Política entre as Nações* de 1948, ajuda a romper com a

¹⁴ O conceito de *status quo* deriva da expressão latina *status quo ante bellum*, termo diplomático usualmente presente em tratados de paz, que prevê a retirada das tropas e a restauração da soberania pré-guerra do território (MORGENTHAU, 1948, p. 22).

tendência internacional dominante voltada para o Liberalismo e influencia o cenário internacional, principalmente a política externa norte-americana, com suas ideias.

Sua obra original, bem como suas edições posteriores, nos remetem a diversos conceitos e fundamentos importantes do Realismo. Porém, para aplicação nas relações entre EUA e Reino Unido durante a Crise de Suez, foram escolhidos alguns conceitos que se enquadram melhor nesse objeto. Relembremos tais fundamentos na síntese a seguir: a política internacional é governada por leis objetivas que são fruto da natureza humana egoísta e pessimista; o interesse dos Estados é definido em termos de poder; tal conceito é universal, mas seu significado varia com o contexto político, histórico e cultural; os Estados adotam três posturas políticas (manter, ampliar e demonstrar o poder); e a política do *status quo*. Todos esses fundamentos se relacionam entre si, remetendo a uma visão racional das relações internacionais, na qual os Estados são os atores principais e o poder é o objetivo central, sendo sua busca derivada de aspectos intrínsecos da natureza humana.

Sendo assim, iremos verificar se as principais decisões de EUA e Reino Unido na crise e os fatores que levaram a tais escolhas têm aderência com algum desses fundamentos, seja de maneira intencional ou não. Ainda que não tenham plena aderência, buscaremos observar se há, ao menos, alguma influência desses princípios no comportamento dos governos e líderes britânicos e norte-americanos, de modo a contribuir para suas decisões e posturas.

Porém, antes de aplicarmos o Realismo Clássico, norteado pelos conceitos citados anteriormente, ao objeto selecionado, torna-se necessário conhecermos o contexto histórico da Crise de Suez e como estavam as relações entre os EUA e o Reino Unido naquele momento. Isso faremos a seguir, no próximo capítulo.

3 A CRISE DE SUEZ

Uma vez apresentada a teoria a ser confrontada com a realidade, neste capítulo descreveremos os fatos históricos que compõem a última, visando elucidar quais foram as decisões principais dos governos dos EUA e do Reino Unido durante a Crise de Suez e como esses fatos históricos as influenciaram. Mas para que possamos ter uma melhor compreensão da crise, torna-se necessário estabelecermos uma contextualização do ano de 1956 dentro do período da Guerra Fria, bem como diante da disputa entre árabes e israelenses. Nessa contextualização, é importante salientar a relevância do Canal de Suez naquele ano e estabelecer uma “fotografia” dos impérios coloniais britânico e francês à época.

Posteriormente no capítulo, será apresentado um breve histórico com os principais acontecimentos do período observado, destacando sua relevância no desenrolar da crise. Nesse momento, buscaremos identificar as principais decisões dos governos dos EUA e do Reino Unido que embasaram suas posições perante a crise e que a levaram a um desfecho peculiar na relação entre esses dois grandes aliados do bloco ocidental. Na última parte do capítulo, mergulharemos a fundo nos governos desses países, identificando os principais fatores que influenciaram suas percepções e seus processos de tomada de decisão.

3.1 Contextualização

Em 1956, a Guerra Fria se encontrava a pleno vapor. Os EUA e a ex-URSS disputavam a liderança mundial em um mundo bipolar, buscando ampliar suas esferas de influência,

principalmente entre os chamados Países Não Alinhados¹⁵. Diante desse objetivo, o Oriente Médio era especialmente atrativo pelas suas grandes reservas de petróleo e sua posição estratégica entre o Mar Mediterrâneo, o Cáucaso e o Oceano Índico (WESTAD, 2017).

Neste momento, se encontrava como presidente dos EUA, o herói da SGM, ex-comandante das tropas aliadas, General Dwight Davis Eisenhower (1890-1969). Eleito em janeiro de 1953, acabaria por disputar sua reeleição justamente no período dos principais acontecimentos da Crise de Suez. Eisenhower seria reeleito para mais um mandato, o qual terminaria em janeiro de 1961. Do outro lado da Cortina de Ferro¹⁶, como líder da ex-URSS, estava Nikita Khrushchov (1894-1971), que ocupava o cargo de secretário-geral do Partido Comunista Soviético desde setembro de 1953 (NICHOLS, 2011).

Eisenhower, acompanhado de seu secretário de Estado John Foster Dulles (1888-1959), foi eleito exaltando a política da Reversão (*Rollback*)¹⁷. Porém, em 1956, essa tendência foi perdendo força, dando espaço à outra política norte-americana utilizada na maior parte da Guerra Fria, chamada de Contenção¹⁸, idealizada por George Kennan (WESTAD, 2017).

Um ponto crucial na Guerra Fria foi a questão nuclear¹⁹. Em 1956, o panorama era o seguinte: os EUA haviam utilizado dois artefatos nucleares em 1945 sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki no fim da SGM, tendo demonstrado o poder dissuasório desse novo tipo de armamento. A ex-URSS havia entrado na corrida armamentista e desenvolvido, com sucesso, seu primeiro artefato nuclear em 1949. Ainda que ambos os países

¹⁵ O Movimento dos Países Não Alinhados surgiu da descolonização após a SGM, com a Conferência de Bandung (1955). Eles rejeitavam os arranjos de defesa coletiva das superpotências durante a Guerra Fria (WESTAD, 2017).

¹⁶ Termo utilizado por Churchill em 1945 no texto de uma mensagem ao presidente norte-americano Truman usado para designar a área do leste europeu sob influência soviética (WESTAD, 2017).

¹⁷ Reversão foi a política dos EUA durante parte da Guerra Fria que visava reverter o comunismo nos países por meio da substituição do regime vigente (WESTAD, 2017).

¹⁸ Contenção foi a política dos EUA que utilizou estratégias militares, econômicas e diplomáticas, a fim de evitar a expansão do comunismo para os demais países do mundo (WESTAD, 2017).

¹⁹ Informações extraídas do artigo "*Cold War: A Brief History*". AtomicArchive.com. Disponível em: <<https://atomicarchive.com/history/cold-war/index.html>>. Acesso em: 31 jul. 2022.

tivessem o *status* de potências nucleares, naquele momento, a quantidade de ogivas e o alcance de foguetes lançadores dos soviéticos ainda eram inferiores em relação aos norte-americanos. Ressaltamos que o Reino Unido já possuía bombas nucleares desde 1952 e a França ainda não as possuiria até seu primeiro teste bem-sucedido em 1960.

Por fim, cabe dizer que durante a Guerra Fria não houve um conflito direto entre as duas superpotências, porém era comum a ocorrência de conflitos satelitais, influenciados por norte-americanos e soviéticos. Em 1956 não era diferente, tendo a Guerra da Coreia (1950-1953) sido o principal conflito satelital ocorrido até então. Em termos militares, existia, desde 1949, pelo lado do Ocidente, a OTAN, na qual EUA, Reino Unido e França eram os principais membros. Já dentre os países comunistas, para fazer frente à OTAN, a ex-URSS criou sua própria aliança militar: o Pacto de Varsóvia, estabelecido apenas um ano antes da crise em estudo, em 1955 (WESTAD, 2017).

Outro ponto que precisa de contexto, a fim de entendermos as animosidades entre Egito e Israel durante a Crise de Suez, diz respeito às Guerras Árabe-Israelenses²⁰. Em que pese as disputas envolvendo judeus e árabes advirem de longo tempo, o ano de 1956 não dista muito do início de uma nova etapa desse imbróglio: a criação do Estado de Israel em 1948.

Israel foi criado (1948) em cumprimento à resolução nº 181 da Organização das Nações Unidas (ONU), a qual determinou a divisão do território palestino em um Estado judaico e um Estado palestino, substituindo o mandato britânico que vigorava desde 1922. Contudo, a não aceitação dessa partilha territorial por parte dos árabes resultou na invasão do território designado aos judeus por tropas de Egito, Síria, Líbano, ex-Transjordânia²¹ e Iraque, provocando a Primeira Guerra Árabe-Israelense (1948-1949). O desfecho desse conflito se deu com a vitória

²⁰ Conflitos entre Israel e países árabes do Oriente Médio iniciados após a criação do Estado de Israel, abrangendo principalmente as guerras de 1948-49, 1956, 1967 e 1973 (MAGNOLI, 2009).

²¹ A ex-Transjordânia equivale ao atual Estado da Jordânia.

de Israel, que consolidou a criação de seu Estado e ampliou seu território, anexando partes da Palestina conquistadas durante a guerra (MAGNOLI, 2009).

A disputa entre Egito e Israel se intensificou após Gamal Abdel Nasser ascender ao poder no Egito em 1954. Em 1956, o antagonismo entre egípcios e judeus mantinha-se elevado, principalmente pelo bloqueio egípcio ao Estreito de Tiran (FIG. 1, ANEXO A), o que prejudicava o porto israelense de Eilat, única saída de Israel para o Oceano Índico (KYLE, 2011).

Para completarmos a contextualização dos fatos ocorridos em Suez, descreveremos a situação dos impérios coloniais britânico e francês e sua dependência estratégica do canal. Em 1956, ambos os impérios se encontravam em crise e o processo de descolonização avançava rapidamente. O enfraquecimento das metrópoles durante a SGM, ainda que tenham saído vitoriosas, bem como os ideais de independência e o apoio das superpotências, levaram a esse movimento. O Reino Unido havia concedido a independência da sua principal colônia, a Índia, em 1947, pouco depois da ex-Transjordânia, que ocorreu em 1946. Meses antes da Crise de Suez, o Sudão conseguia a sua independência, em janeiro de 1956. Os laços da metrópole com a *CommonWealth*²² ainda permaneciam fortes, porém menos que outrora (CHAMBERLAIN, 1999). A erosão do Império Britânico pode ser visualizada nas FIG. 2, 3, 4 e 5 no ANEXO B.

A França havia perdido a Indochina após a Primeira Guerra da Indochina (1946-1954). Em março de 1956, ocorreriam as independências do Marrocos e da Tunísia. A Guerra da Argélia, iniciada em 1954, estava em curso durante a Crise de Suez, sendo concluída somente em 1962, após a independência argelina. Os movimentos revolucionários nas colônias francesas da África já exerciam pressão, o que acarretaria a independência da maioria dessas colônias em 1960 (CHAMBERLAIN, 1999).

²² Associação de Estados soberanos que compreende o Reino Unido e parte de suas antigas colônias que reconhecem o monarca britânico como chefe simbólico dessa associação (ZEIDAN, 2022).

Por fim, podemos observar que o Canal de Suez em 1956 (FIG. 6 e 7, ANEXO C) ainda tinha alguma relevância como artéria principal do Império Britânico. Com a independência da Índia, tal importância havia diminuído, tendo o controle do canal permanecido como símbolo de *status* do glorioso passado imperial. Sua importância estratégica de fato, naquele momento, era o escoamento de petróleo do Oriente Médio para o Ocidente (KISSINGER, 1994). Em 1955 o petróleo compunha metade do tráfego do canal, sendo que dois terços do petróleo com destino à Europa passava por ele (YERGIN, 1991).

Após termos contextualizado o ano de 1956 dentro do espectro da Guerra Fria, das Guerras Árabe-Israelenses e dos impérios britânico e francês, agora é possível voltarmos nosso foco para os fatos históricos que construíram a Crise de Suez propriamente dita e suas consequências nas atitudes de EUA e Reino Unido.

3.2 Breve histórico da Crise de Suez

A Crise de Suez teve uma duração relativamente curta, com as ações militares se desenvolvendo em poucos dias e as ações políticas se desenrolando por alguns meses. Porém, seus antecedentes e consequências ultrapassam essa moldura temporal. Para sua melhor compreensão global, podemos observar a cronologia resumida da crise constante do APÊNDICE A. Nesta parte do capítulo, focaremos nos fatos históricos intimamente ligados às decisões e posições adotadas por EUA e Reino Unido durante a crise.

A ascensão de Nasser ao poder no Egito significou um recrudescimento nas relações com o Reino Unido. A postura nacionalista e de valorização da cultura árabe o levou a traçar objetivos para a política externa egípcia: a forte oposição às metrópoles coloniais (Reino Unido e França) visando eliminar sua influência no Oriente Médio; o Pan-Arabismo, sentimento de

união dos países árabes que visava a constituição de um grande Estado árabe; a eliminação do Estado de Israel, o qual não havia sido aceito pelos árabes desde sua criação; e sua ambição de ser o líder dessa forte comunidade árabe, com o Egito exercendo papel central (YERGIN, 1991).

Apesar da piora nas relações entre Egito e Reino Unido, esse último, na tentativa de amenizar a situação, empreendeu uma série de concessões nos anos que antecederam a Crise de Suez, como a retirada das tropas britânicas da grande base militar que se localizava no canal, o que ocorreu também por pressão dos EUA (YERGIN, 1991). Mas Nasser, buscando seus objetivos e adotando uma postura nacionalista, realizava hábil política externa com as superpotências da Guerra Fria, sem se comprometer com nenhum dos lados.

Segundo Kissinger (1994), prova disso foi a construção da represa de Assuã, a qual era importante para estabilizar a cheia do rio Nilo e aprimorar a agricultura egípcia. O financiamento para a obra viria, majoritariamente, dos EUA. Porém, após o fechamento do acordo de compra de armas da ex-Tchecoslováquia²³ pelo Egito (uma venda indireta orquestrada pela ex-URSS visando expandir sua influência no Oriente Médio), bem como o reconhecimento oficial pelo Egito da República Popular da China²⁴, os EUA retiraram o financiamento para a represa. Em uma manobra ágil, Nasser conseguiu que a ex-URSS financiasse a obra.

Nesse período pré-Crise de Suez, é possível notarmos uma estratégia, tanto do Reino Unido, quanto dos EUA, de tentar cooptar Nasser. Enquanto o Reino Unido buscava impor seu colonialismo de uma maneira mais suave, os EUA almejavam usar o Egito para conter os avanços soviéticos no Oriente Médio. Kissinger (1994) expressou bem o fracasso da política norte-americana, classificando-a como “esquizofrênica” ao tentar combinar duas políticas

²³ A ex-Tchecoslováquia dividiu-se em 1993 nos atuais Estados da República Checa e da Eslováquia.

²⁴ Em 1956, os EUA reconheciam a República da China, mais conhecida como Taiwan, como o legítimo Estado que deu continuidade à China anterior à Revolução Comunista Chinesa (1946-1950).

incompatíveis: acabar com o imperialismo britânico, mas se aproveitar de sua influência restante para construir uma estrutura de contenção no Oriente Médio.

Confiante de sua posição confortável entre as superpotências e buscando os objetivos já expostos, Nasser desafia França e Reino Unido ao nacionalizar o Canal de Suez em 26 de julho de 1956, por intermédio de uma operação militar que tomou o canal. Nasser afundou diversos navios bloqueando o canal para a navegação e prejudicando o escoamento de petróleo para o Ocidente (KISSINGER, 1994). É importante ressaltar que o canal era administrado pela Companhia do Canal de Suez, cujos principais acionistas eram britânicos e franceses.

A partir desse momento, percebemos as posições conflitantes entre o governo dos EUA, de um lado, e os governos de Reino Unido e França, de outro. Enquanto o primeiro, por intermédio de seu secretário de Estado John Dulles, busca de todas as maneiras evitar o uso da força, tentando persuadir Nasser a devolver o canal com base na pressão da opinião pública mundial, os segundos entendem que apenas uma operação militar seria capaz de retomar o canal e, como bônus, derrubar o governo de Nasser, um líder que tanto ameaçava os interesses franco-britânicos na região (NICHOLS, 2011).

Kissinger (1994) nos conta que, como primeira medida para distender a crise, em agosto de 1956, Dulles convocou os Estados signatários da Convenção de Constantinopla de 1888²⁵, bem como os principais Estados marítimos da época, para uma conferência marítima em Londres. A conferência formulou uma proposta de internacionalização do Canal de Suez, o qual seria administrado pelos países participantes. Porém, tal proposta foi rejeitada pelo Egito em 10 de setembro. Seguiu-se, como uma nova tentativa norte-americana, a realização de uma segunda conferência em 19 de setembro, que criou a Associação dos Usuários do Canal de Suez,

²⁵ Assinada por diversos Estados, incluindo Reino Unido e França, estabeleceu a livre navegação no Canal de Suez (KYLE, 2011).

a qual cobraria taxas pela utilização do canal. Mas o próprio Dulles minou as chances de sucesso dessa nova proposta ao se negar, mais uma vez, a utilizar a força como garantia, durante sua coletiva de imprensa em 2 de outubro.

Diante da ineficácia das ações orquestradas por Dulles e Eisenhower, os primeiros-ministros britânico, Anthony Eden (1897-1977) e francês, Guy Mollet (1905-1975), iniciaram os preparativos necessários para a invasão do Egito. Tendo sido surpreendido após a nacionalização do canal (o serviço de inteligência britânico não havia antecipado tal ação), Eden entrou em contato com Eisenhower buscando apoio para resolver a situação, ainda que com o uso da força (ALDRICH, 1967). Churchill²⁶, enquanto líder da oposição em 1951, já havia enunciado a necessidade de apoio dos EUA em uma eventual ação britânica no Oriente Médio: “Nós não somos fortes o bastante por nós mesmos [...] Mas os EUA e o Reino Unidos juntos, ajudados pela França... nós três estaríamos em uma posição muito mais poderosa para lidar com, digamos, o problema egípcio e toda a questão da defesa do Canal de Suez” (KISSINGER, 1994, p. 524, tradução nossa).²⁷ Esta declaração de Churchill reconhece a queda do poderio imperial britânico já em 1951, principalmente após as dificuldades sofridas durante a SGM.

Eden e Mollet eram de uma geração que via o apaziguamento como um pecado capital, assombrados pelo fantasma de Hitler, o qual gozou de ampla liberdade durante os anos que precederam a SGM, observado pelos complacentes líderes dos demais Estados europeus (KISSINGER, 1994; JAMES, 1987). Eles temiam que outro ditador, Nasser, pudesse levar a cabo um plano para livrar os países árabes da influência e dos interesses ocidentais, inspirando rebeliões nesses países, conseguindo transformá-los em satélites do Egito e, quiçá, da ex-URSS,

²⁶ Winston Churchill foi primeiro-ministro britânico entre 1940 e 1945, demonstrando grande liderança durante a SGM, e novamente entre 1951 e 1955, tendo sido substituído por Anthony Eden (NICHOLAS, 2022).

²⁷ No original “*We are no longer strong enough ourselves [...] But the United States and Britain together, aided by France... we three together would be in a most powerful position to deal with, say, the Egyptian problem and the whole question of the defense of the Suez Canal.*”

podendo negar o fornecimento de petróleo à Europa Ocidental. Tal preocupação foi manifestada por Eden em uma carta a Eisenhower (BOWIE, 1974 *apud* NYE, 1987).

A França ainda era mais hostil a Nasser do que o Reino Unido devido ao seu grande interesse no mundo árabe, especialmente no Marrocos, seu antigo protetorado; e na Argélia, um departamento da França, onde viviam um milhão de franceses. Ambas as colônias estavam buscando sua independência e Nasser já havia demonstrado seu apoio aos argelinos, podendo vir a repassar armas soviéticas para os insurgentes. Enquanto Dulles focou em permitir a livre navegação no Canal de Suez, Eden e Mollet queriam reverter a nacionalização, usando o canal como motivo para derrubar e humilhar Nasser (KISSINGER, 1994).

Apesar dos compreensíveis motivos para Reino Unido e França irem à guerra, eles usaram um estratagema que foi fatal às suas pretensões: por meio do Protocolo de Sèvres²⁸, incentivaram ocultamente Israel a invadir a Península do Sinai e avançar em direção ao Canal de Suez. Reino Unido e França emitiriam um ultimato para que tanto Israel, quanto Egito, se mantivessem a mais de 10 milhas do canal, sendo esperado que os egípcios não o aceitassem. Esse seria o pretexto para que forças franco-britânicas ocupassem o canal. Tal estratagema foi capaz de enfraquecer cada um dos parceiros envolvidos: Israel foi visto como uma ferramenta do colonialismo, enquanto Reino Unido e França minimizaram seus papéis de grandes potências ao recorrer ao auxílio israelense. Tal ação gerou críticas da comunidade internacional, pois a tomada unilateral do canal era incongruente com as soluções diplomáticas buscadas até então, que visavam a internacionalização e a liberdade de navegação (KISSINGER, 1994).

No dia 29 de outubro de 1956 Israel invadiu o Sinai, em retaliação aos constantes ataques de *fedayins*²⁹ patrocinados pelo Egito ao seu território. Reino Unido e França emitem o

²⁸ Acordo secreto firmado em Sèvres, França, entre 22 e 24 out. 1956, acerca da invasão do Egito (KYLE, 2011).

²⁹ Guerrilheiros palestinos, cujo nome significa “os que cometem o auto-sacrifício”, que realizavam ataques relâmpago no território de Israel, geralmente oriundos da Faixa de Gaza (KYLE, 2011).

ultimato e, conforme esperado, o Egito não o cumpre. Ato contínuo, em 31 de outubro, Reino Unido e França iniciam sua campanha militar. O governo de Eisenhower ficou em choque com esse movimento de seus aliados (ALDRICH, 1967), pois a inteligência norte-americana falhou ao não o prever (HANEY, 2002), sendo os embaixadores dos EUA em Londres e em Paris envolvidos na dissimulação de ambos os países (JAMES, 1987). Um indício disso foi que o secretário de exterior britânico garantiu ao embaixador norte-americano em Londres, na véspera da invasão de Israel, que não tinha nenhuma evidência de um ataque israelense ao Egito (ALDRICH, 1967).

Tão logo começaram os ataques ao Egito, iniciaram também as movimentações na ONU para fazer frente à crise. Kissinger (1994) relata que, entre 31 de outubro e 7 de novembro, foram emitidas diversas resoluções da Assembleia Geral (AG), durante a sessão na qual houve a primeira convocação emergencial daquele colegiado. Por conta do poder de veto de Reino Unido e França no Conselho de Segurança da ONU, os EUA recorreram à AG e propuseram uma resolução demandando o imediato cessar-fogo, que foi aprovada por 64 a 5. Essa foi a primeira e única vez em que os EUA votaram junto com a ex-URSS contra seus aliados mais próximos. Também foi aprovada a utilização de uma força de paz da ONU no Egito (NICHOLS, 2011).

Pressionado internamente no Reino Unido, com pouco apoio na *Commonwealth* e abandonado pelos EUA, Eden não teve alternativa a não ser anunciar, em 6 de novembro, um cessar-fogo (KISSINGER, 1994). Porém, uma nova resolução foi emitida exigindo a retirada imediata das tropas franco-britânicas, o que Aldrich (1967) e James (1987) classificam como uma humilhação. A Bélgica chegou a propor a exclusão da palavra *imediatamente* do texto, o que poderia ter ocorrido se os EUA apoiassem essa proposição, mas os norte-americanos se abstiveram e a proposta foi rejeitada pelo placar de 37 contra 24 (ALDRICH, 1967; JAMES, 1987).

James (1987) e Nichols (2011) relatam que as resoluções da AG não são mandatórias e que Reino Unido e França se negaram a sair de Suez antes da chegada da força de paz da ONU,

buscando que suas tropas a integrassem, o que, na prática, as manteria no canal. Apenas a recusa dos EUA em socorrer a libra esterlina e em fornecer petróleo para amenizar os problemas econômicos britânicos fizeram com que eles concordassem com a pronta retirada. Reino Unido e França retraíram suas últimas tropas do Egito em 24 de dezembro de 1956. Em março de 1957, as tropas israelenses desocupam o Sinai, encerrando a crise.

A Crise de Suez destruiu o *status* de grande potência de Reino Unido e França, obrigando os EUA a manejar a Guerra Fria praticamente sozinho. Já a ex-URSS saiu fortalecida, tendo conseguido promover uma divisão na OTAN, além de conseguir que muitos dos países em desenvolvimento se voltassem para Moscou (KISSINGER, 1994).

3.3 Aspectos que influenciaram as principais decisões dos governos dos EUA e do Reino Unido

Do resumo histórico apresentado no item anterior podemos depreender as principais decisões de Reino Unido e EUA que afetaram o transcurso e as consequências da Crise de Suez. São elas: a decisão do Reino Unido de atacar o Egito, sem o consentimento de seu principal aliado, os EUA, por meio de um arriscado estratagema envolvendo Israel e França; a decisão continuada dos EUA de não apoiar seu aliado, com o qual mantinha um *relacionamento especial*, seja nos momentos prévios, seja nos posteriores à ação militar britânica; e a decisão do Reino Unido de acatar o cessar-fogo e a posterior retirada imediata de suas tropas, configurando sua relativa posição de submissão ao poder dos EUA.

Pelo lado norte-americano, Haney (2002) descreve os bastidores da equipe de Eisenhower e como se deu o processo de tomada de decisão durante Suez. Ele aponta como objetivos dos EUA: evitar um confronto direto com a ex-URSS; fortalecer o anti-imperialismo; evitar que os EUA fossem vistos como continuadores do império colonial britânico e não

prejudicar a reeleição de Eisenhower (as eleições ocorreriam no dia 6 de novembro de 1956). A seguir, exploraremos tais objetivos, bem como mostraremos outros fatores, inclusive do lado britânico, que a pesquisa apontou como motivação para as principais decisões de ambos os lados.

3.3.1 Pressões internas e o sentimento imperialista remanescente

Logo após a nacionalização do canal por Nasser, a reação britânica foi instantânea e praticamente uníssona, quer por parte do povo, quer por parte do parlamento, exigindo uma ação para reverter a situação. O sentimento de ultraje tomou conta de todos, pela perda do que o jornal *Daily Herald* chamou de “vital linha salva-vidas da *Commonwealth*” (JAMES, 1987, p. 455, tradução nossa).³⁰ R. A. Butler (1902-1982), líder da Câmara dos Comuns à época, disse que os sentimentos que motivaram a reação britânica foram o ressentimento pela perda do império, a ascensão do nacionalismo das colônias e a transferência da liderança mundial para os EUA (JAMES, 1987). Nesses relatos destacam-se a importância do Canal de Suez para o Império Britânico e o ressentimento diante do declínio do império e da perda do protagonismo mundial.

Os argumentos apresentados mostram que a pressão interna no Reino Unido, quer política, quer popular, influenciaram na decisão de empreender uma guerra contra o Egito, na busca de recuperar o prestígio do império que declinava rapidamente. Tal pressão era amparada não apenas por razões geopolíticas racionais, mas também por um componente emocional.

Segundo Nichols (2011), posteriormente essa pressão interna no Reino Unido mudou de direção por conta da reprovação dos EUA e da comunidade internacional, seguidas das resoluções da ONU buscando o cessar-fogo e a retirada imediata das tropas. Os problemas

³⁰ No original: “vital British Commonwealth life-line.”

econômicos e a desvalorização acelerada da libra também contribuíram para que protestos populares contra Eden eclodissem, acompanhados de críticas da oposição e do enfraquecimento do apoio dentro do próprio Partido Conservador (ALDRICH, 1967). Apesar da determinação dos franceses em continuar a guerra, aliado ao fato de que o canal estaria completamente tomado em apenas quarenta e oito horas, Eden cedeu às pressões e cumpriu as resoluções da ONU (JAMES, 1987).

Nesse segundo momento percebemos que essa intensa pressão política e popular no Reino Unido, apesar da resistência francesa, teve seu papel nos fatores responsáveis por levar o governo britânico a ceder às pressões dos EUA e da ONU para a retirada imediata de suas tropas de Suez.

3.3.2 Intermediação de Dulles e erros de percepção

A comunicação entre os governantes de EUA e Reino Unido não favoreceu seu alinhamento, assim como a confusa intermediação efetuada por Dulles. Kissinger (1994) disse que, devido à relação especial que os dois países mantinham desde o final da SGM, Eden não acreditava que Eisenhower declararia uma oposição aberta às ações britânicas, e Eisenhower não achava que o Reino Unido se atreveria a entrar em uma guerra sem o aval dos EUA. Isso levou os dois países, que menos tinham probabilidade de se atritarem, a fazê-lo.

Logo após a nacionalização do canal pelo Egito, Dulles voou para Londres a fim de apaziguar os ânimos dos britânicos e tentar realizar uma conferência marítima, mas os britânicos o viam como um interlocutor dúbio, tendo Eden chegado ao ponto de dizer que não sabia se seria capaz de trabalhar com ele (KISSINGER, 1994). De fato, conforme confirmou James

(1987), a confusão de Dulles não refletia a clareza do presidente Eisenhower em sua postura contrária ao uso da força e isso ajudou na percepção equivocada de Eden.

Erros de percepção ocorreram em ambos os lados. James (1987) diz que, diante da nacionalização do canal, Eden enviou uma carta a Eisenhower, em 27 de julho, dizendo que usaria a força como último recurso e que já planejava ações militares. A posição de Eisenhower foi expressa em outra carta. Embora nessa carta Eisenhower admita a possibilidade do uso da força como último recurso, o tom utilizado reforça a posição contrária dos EUA, desaconselhando veementemente o uso dessa medida.

O problema foi que a interpretação de Eden se prendeu à possibilidade de uso da força como último recurso, o que foi reforçado pela impressão que Dulles deixava, principalmente após declarar publicamente que Nasser deveria “vomitar” o canal por qualquer meio necessário (ALDRICH, 1967; JAMES, 1987). Posteriormente, Eden admitiu tal visão equivocada: “Nós assumimos que a atitude americana... era de prudência e não de divergência” (JAMES, 1987, p. 475, tradução nossa).³¹ Tal comentário denota que os britânicos se basearam em uma premissa errada, crendo que os EUA, no final das contas, apoiariam sua ação militar.

Dos eventos reportados anteriormente, podemos depreender que a motivação para utilizar a força no Egito, por parte dos britânicos, não necessariamente foi influenciada pelos erros de percepção e pela fraca intermediação de Dulles. Mas a decisão de levar a cabo tal empreendimento, ao se fiar no suposto apoio dos EUA quando a hora chegasse, essa sim sofreu tal influência. No outro lado, embora o governo dos EUA soubesse que o Reino Unido tinha a intenção de invadir o Egito, a percepção era de que as tentativas de intermediação (conferência marítima e associação de usuários) iriam surtir efeito e, principalmente, de que os britânicos não se atreveriam a uma ação militar sem o aval norte-americano.

³¹ No original: “*We assumed that the American attitude . . . was one of prudence rather than divergence.*”

3.3.3 Combate ao colonialismo e busca pela influência nos Países Não Alinhados

Os EUA, como ex-colônia do Império Britânico, tendo sua independência sido baseada em ideias de liberdade e igualdade, posicionou-se fortemente contra a dominação colonial. Segundo Kissinger (1994), a ascensão de Nasser explicitou esse conflito dormente existente entre os EUA e seus principais aliados na OTAN acerca do colonialismo. Tal sentimento anticolonial norte-americano, tanto da sociedade, quanto de seu governo, pôde ser observado no editorial da revista *Life* de 1942, intitulado *carta aberta ao povo da Inglaterra*, que dizia: “uma coisa nós temos certeza, nós não estamos lutando para manter o Império Britânico inteiro. Não gostamos de ser tão diretos, mas não queremos que vocês tenham quaisquer ilusões” (JAMES, 1987, p. 463, tradução nossa).³² Tal editorial foi uma clara mensagem durante a SGM de que, apesar de serem grandes aliados contra a Alemanha nazista, os EUA já se manifestavam abertamente contra o colonialismo europeu.

Mas o sentimento anticolonial não era a única razão que os EUA tinham para antagonizar o colonialismo britânico. De acordo com Kissinger (1994), Suez deu aos EUA a oportunidade de perseguir sua verdadeira vocação, que era a liderança do mundo em desenvolvimento (Países Não Alinhados). Observemos o discurso de Dulles no Conselho de Segurança Nacional em 1º de novembro de 1956:

Há muitos anos os EUA caminham na corda bamba entre o esforço de manter nossas antigas e valiosas relações com nossos aliados britânicos e franceses, por um lado, e, por outro, tentar nos assegurar da amizade e compreensão dos recém-independentes países que escaparam do colonialismo (JAMES, 1987, p. 464, tradução nossa).³³

³² No original: “*Open Letter to the People of England: One thing we are sure we are not fighting for is to hold the British Empire together. We didn’t like to put the matter so bluntly, but we don’t want you to have any illusions.*”

³³ No original: “*For many years now the United States has been walking a tightrope between the effort to maintain our old and valued relations with our British and French allies, on the one hand, and on the other trying to assure ourselves of the friendship and understanding of the newly independent countries who have escaped from colonialism.*”

Nesse discurso, Dulles demonstra a incompatibilidade entre dois objetivos norte-americanos no contexto da Guerra Fria: manter coesa a aliança com Reino Unido e França e atrair para sua esfera de influência os novos Estados assediados pela expansão soviética.

Em relação ao Oriente Médio, Kissinger (1994) escreveu que ao se oporem abertamente a França e ao Reino Unido, os EUA demonstraram que tais países não tinham mais capacidade de moldar o destino dos eventos naquela região, selando o seu fim como grandes potências. Os EUA tinham a ilusão de que os novos países reconheceriam a atitude anticolonialista estadunidense e apoiariam sua política externa, o que não ocorreu. Ao retirarem Reino Unido e França de seus papéis históricos, a balança de poder no Oriente Médio caiu sob responsabilidade dos EUA, ganhando, no futuro, a animosidade de diversos atores da região.

Dessa forma, somos capazes de identificar a contribuição do sentimento anticolonial presente nos EUA em 1956 na decisão de se oporem ao uso da força pelos britânicos em sua ex-colônia. Por outro lado, o desejo de liderança e influência sobre os Países Não Alinhados por parte dos norte-americanos, ainda que dentro de uma estratégia antissoviética, também influenciou na decisão mencionada anteriormente.

3.3.4 Quadro clínico de Anthony Eden

Descendo para o nível de análise do indivíduo, um ponto que ainda hoje suscita estudos e atenção de historiadores é o quanto a saúde de Eden influenciou em suas decisões durante a Crise de Suez. O fato de ser o sucessor imediato de Churchill havia se provado um fardo para Eden, que alternava momentos de força, com momentos de fragilidade, tanto física, quanto psicológica (KISSINGER, 1994).

Mas era seu quadro clínico que chamava a atenção. De acordo com Owen (2005), que é médico, tendo seu artigo sido publicado em um periódico de medicina, Eden havia sofrido três cirurgias, sendo que em uma delas ocorreu um erro médico, o levando a tomar, diariamente, sedativos e estimulantes. Teoricamente, sua doença havia sido superada, mas lhe faltava o vigor necessário ao cargo pois, frequentemente, se via cansado e sofrendo de insônia e febres recorrentes. Seu comportamento era imprevisível, variando de um dia para o outro, tendo, seu julgamento e seu processo de tomada de decisões, sido influenciados por sua saúde.

No dia 5 de outubro, poucos dias antes da reunião com os representantes franceses na qual se inteirou do estratagema franco-israelense, Eden teve uma febre de 106°F (41°C), afetando sua condição de saúde e deteriorando sua capacidade de decidir. De acordo com Guy Millard³⁴ (1917-2013) e Anthony Nutting³⁵ (1920-1999), a anuência de Eden com o conluio soou incoerente com o seu histórico cauteloso, que durante sua carreira política prezou por negociar soluções (OWEN, 2005). David Dutton³⁶ (1950-) disse: “é difícil entender por que Eden acreditou que ele iria se safar com o plano franco/israelense e escondê-lo dos EUA, a menos que você acredite que seu julgamento não foi o que era no auge” (OWEN, 2005, p. 397, tradução nossa).³⁷

Dos dados colhidos e transcritos acima, é possível crermos que a condição médica de Anthony Eden tenha afetado algumas de suas decisões, sendo a de embarcar no estratagema de França e Israel, sem consultar os EUA, a mais relevante. As consequências dessa sua decisão acabaram por levá-lo a renunciar em 9 de janeiro de 1957 (além de sua condição de saúde).

³⁴ Secretário Privativo de Relações Exteriores de Eden.

³⁵ Ministro de Estado de Relações Exteriores, o qual renunciou pouco após a citada reunião.

³⁶ Autor da obra biográfica intitulada *Anthony Eden: A Life and Reputation*.

³⁷ No original: “it is difficult to understand why Eden believed that he would get away with the Franco/Israeli plan and conceal it from the United States, unless you believe that his judgement was not what it was at its peak.”

3.3.5 Ameaça soviética e Eisenhower como o “Defensor da Paz”

A Crise de Suez ocorreu dentro de um contexto maior: a Guerra Fria. E como tal, a ex-URSS foi um ator importante a exercer pressão nas escaramuças entre os aliados. Kissinger (1994) afirma que antes mesmo da crise, os soviéticos demonstraram seu interesse pela região ao assumirem o financiamento da represa de Assuã e intensificarem o envio de armas para o Oriente Médio (armas compradas da ex-Cecoslováquia pelo Egito). Khrushchov se posicionou em uma conversa com o embaixador iugoslavo: “não se esqueça que, se a guerra começar, todo nosso suporte estará com o Egito. Se meu filho viesse a mim para voluntariar-se para lutar pelo Egito, eu o encorajaria a ir” (MIĆUNOVIĆ, 1980 *apud* KYLE, 2011, p. 185, tradução nossa).³⁸

Este comentário de Khrushchov demonstra a importância estratégica do Egito e do Oriente Médio na ampliação da esfera de influência soviética, demonstrando a intenção de utilizar a força para defender esse objetivo geopolítico. Força essa que ficou aparente quando o primeiro-ministro soviético Nikolai Bulganin (1895-1975), após a invasão franco-britânica-israelense ao Egito, ameaçou tais países com um ataque de mísseis, anunciando a possibilidade de uma Terceira Guerra Mundial caso a agressão não cessasse (KISSINGER, 1994).

Kissinger (1994) reforça que, em 1956, a ex-URSS era bem mais fraca do que os EUA, principalmente no campo nuclear. Já James (1987) complementa que a ameaça soviética de ataques com mísseis era mais retórica do que prática, uma vez que eles não tinham alcance para tal. Mas, uma ameaça mais crível, instigou o governo dos EUA: uma intervenção unilateral soviética em favor dos egípcios. Eisenhower chegou a considerar realizar uma consulta prévia ao congresso para obter autorização para o uso da força caso a guerra contra os soviéticos se

³⁸ No original: “Don’t forget that, if a war starts, all our support will be with Egypt. If my son were to come to me to volunteer to fight for Egypt, I would encourage him to go.”

fizesse inevitável. Em 6 de novembro, Charles Bohlen³⁹ (1904-1974) alertou que acreditava ser possível que os soviéticos levassem a cabo suas ameaças (NICHOLS, 2011).

Nichols (2011) diz que Eisenhower temia que o enfraquecimento de Khrushchov, devido aos protestos na Polônia e na Hungria⁴⁰, levasse à instabilidade no governo soviético pela perda do controle de seus satélites do leste europeu. Tal fato poderia levá-lo a se sentir tentado a utilizar medidas extremas, até arriscando uma guerra mundial. O secretário de imprensa dos EUA, James Hagerty (1909-1981), escreveu que “todos os norte-americanos e as pessoas do mundo esperam que o presidente dos EUA tome medidas dramáticas, até mesmo drásticas, para prevenir a todo custo uma nova guerra” (NICHOLS, 2011, p. 175, tradução nossa).⁴¹

Essa fala reflete a expectativa diante da postura que Eisenhower havia tomado até então, de defensor ferrenho da paz. Nichols (2011) amplia dizendo que a missão de Eisenhower, desde seus primeiros momentos no cargo, tinha sido a prevenção de uma guerra nuclear. Temperado por sua experiência na SGM, ele se apresentou como pacificador do mundo. Sua visão foi reforçada pelo relatório de janeiro de 1956 do Subcomitê de Avaliação Líquida⁴², que descreveu o impacto de uma possível guerra nuclear, a qual consumiria 65% da população norte-americana. Uma frase de Eisenhower definiu bem seu pensamento: “a única maneira de vencer a Terceira Guerra Mundial é evitando-a” (NICHOLS, 2011, p. 286, tradução nossa).⁴³

Neste momento, é possível estabelecer uma relação entre a ameaça soviética e a decisão norte-americana de opor-se incisivamente ao uso da força por seus aliados. Não a ameaça de um ataque de mísseis de Bulganin, mas sim a ameaça da intervenção de suas tropas

³⁹ Embaixador norte-americano na ex-URSS.

⁴⁰ Em junho de 1956 operários de Poznan, Polônia, entraram em greve reivindicando pão e liberdade, diante da repressão do governo pró-soviético. Em outubro, ocorreu uma revolta popular na Hungria duramente reprimida pelas tropas da ex-URSS (NICHOLS, 2011).

⁴¹ No original: “*the American people and the people of the world expect the President of the United States to do something dramatic—even drastic—to prevent at all possible costs another war.*”

⁴² Órgão do Conselho de Segurança Nacional responsável pela análise líquida do impacto de uma guerra nuclear.

⁴³ No original: “*The only way to win World War III,*” Eisenhower declared, “*is to prevent it.*”

ao lado do Egito, o que poderia ocasionar um conflito de Reino Unido e França contra a ex-URSS, não restando opção aos EUA senão cumprir sua obrigação perante a OTAN de revidar o ataque sofrido por um de seus membros⁴⁴. Isso sim poderia causar uma Terceira Guerra Mundial. Mais uma vez, nos deslocando para o nível de análise do indivíduo, percebemos que as características pessoais de Eisenhower como defensor da paz tentariam impedir que isso ocorresse.

3.3.6 Eleição presidencial norte-americana

Em paralelo a todos os aspectos internacionais que envolviam a Crise de Suez, o governo dos EUA ainda tinha que lidar com mais um complicador interno. Uma semana após o início dos ataques franco-britânicos ao Egito ocorreriam as eleições presidenciais norte-americanas, nas quais Eisenhower concorria à reeleição. Ele havia sido eleito apoiado na busca por tempos pacíficos para os EUA após as dificuldades da SGM, logo, envolver-se em um conflito para apoiar seus aliados europeus não o ajudaria na corrida pela reeleição.

Haney (2002) afirma que, na avaliação de riscos efetuada pela equipe do governo dos EUA, além do risco de uma guerra mundial com os soviéticos, outro risco considerado pelo governo foi o de uma resposta negativa interna ter implicações na campanha presidencial de Eisenhower. Posteriormente, o ex-presidente norte-americano Richard Nixon (1913-1994) declarou: “se a crise de Suez não tivesse surgido durante o calor de uma campanha eleitoral presidencial, uma decisão diferente teria sido tomada” (HANEY, 2002, p. 139, tradução nossa).⁴⁵ Essa declaração corrobora que as eleições influenciaram as escolhas de Eisenhower.

⁴⁴ Artigo 5º da Carta da OTAN, assinada em 4 de abril de 1949. Sítio Oficial da OTAN. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17120.htm?selectedLocale=pt>. Acesso em: 28 jul. 2022.

⁴⁵ No original: “*if the Suez crisis had not arisen during the heat of a presidential election campaign a different decision would have been made.*”

Mais uma vez podemos perceber que elementos internos a um dos Estados estudados acabam por ter influência em decisões durante a crise. Ainda que Eisenhower tenha afirmado que as eleições não eram sua preocupação naquele momento, os relatos em pauta apontam que elas influenciaram na decisão de não apoiar os britânicos em sua ação militar.

3.3.7 Questão econômica britânica

A situação econômica britânica, que ainda se recuperava das dificuldades advindas da SGM, piorou bastante com o bloqueio do Canal de Suez e com o início de suas operações militares no Egito. A libra esterlina foi atrelada ao dólar americano a uma taxa de \$2,80, de modo que a manutenção de reservas adequadas era essencial para evitar a desvalorização da moeda. Apenas nos dois primeiros dias após o início dos bombardeios ao Egito, o Reino Unido já havia perdido cerca de \$50 milhões em reservas (NICHOLS, 2011), chegando a uma perda de 15% das reservas britânicas somente em novembro (JAMES, 1987).

Segundo Kissinger (1994), em 6 de novembro houve uma fuga de investidores da libra esterlina de proporções alarmantes, contudo, contrariamente à suas práticas anteriores, os EUA se recusaram a acalmar o mercado e socorrer os britânicos. Quando Harold Macmillan⁴⁶ (1894-1986) telefonou a Washington pedindo por sua ajuda, ouviu que ela somente viria após um cessar-fogo (JAMES, 1987). George Humphrey (1890-1970), secretário do tesouro dos EUA, declarou: “o governo dos EUA estava impotente para agir até que o governo de Sua Majestade tivesse mostrado, de uma maneira que o mundo pudesse aceitar, que estávamos nos conformando em vez de desafiar as Nações Unidas” (KUNZ, 1991, p. 148, tradução nossa).⁴⁷ Tal

⁴⁶ Ministro do tesouro britânico.

⁴⁷ No original: “*the United States government was powerless to act until Her Majesty's Government had shown in a way which the world could accept, that we were conforming to rather than defying the United Nations.*”

declaração demonstra a estratégia de pressão financeira que Eisenhower adotou sobre Londres para obter o cumprimento da resolução da ONU que demandava a retirada imediata das tropas.

Os aspectos econômicos, mais precisamente a evasão da libra e a interrupção do fornecimento de petróleo, mais do que a ameaça soviética, foram decisivos para que Eden decidisse pela retirada das tropas. Esses fatores levaram ao aumento da oposição interna, declarou Anthony Nutting (NICHOLS, 2011). Uma vez acatada a resolução da ONU, os EUA disponibilizaram o montante solicitado pelo Reino Unido ao Fundo Monetário Internacional (FMI), pois eram o único financiador do fundo, além de ajudarem a manter o abastecimento de petróleo e gasolina para o Reino Unido e para a Europa Ocidental (ALDRICH, 1967).

3.4 Considerações Parciais

Neste capítulo pudemos constatar a realidade que será comparada com a teoria estudada no capítulo dois. Tal realidade foi traduzida pelas principais decisões e posturas de Reino Unido e EUA e pelos fatores que influenciaram tais escolhas.

Da contextualização, depreendemos que a Crise de Suez ocorreu dentro da Guerra Fria e que foi influenciada por ela. Percebemos, também, que o declínio dos impérios coloniais foi fator marcante para a decisão de retomar o canal, símbolo do domínio britânico e principal rota do petróleo para a Europa Ocidental. Para isso, Reino Unido e França se aproveitaram do contexto das guerras árabe-israelenses para montarem seu estrategema com Israel.

As decisões principais e os fatores que a pesquisa nos retornou como os que mais as influenciaram são listados a seguir. **Decisão do Reino Unido de atacar o Egito, sem o consentimento de seu principal aliado, os EUA, por meio de um arriscado estrategema envolvendo Israel e França:** foi influenciada pela pressão interna no Reino Unido baseada no

sentimento imperialista; pelos erros de percepção de Eden; pela intermediação dúbia de Dulles; e pelo quadro clínico do primeiro-ministro britânico no momento da crise. **Decisão dos EUA de não apoiar seu aliado, com o qual mantinha um relacionamento especial, seja nos momentos prévios ou posteriores à ação militar britânica:** decisão influenciada pela postura anticolonialista do governo dos EUA, aliada ao seu objetivo geopolítico de liderar os Países Não-Alinhados; pelo risco de uma Terceira Guerra Mundial contra os soviéticos; pelo aspecto de promoção da paz de Eisenhower; e pelas eleições norte-americanas. Por fim, a **decisão do Reino Unido de acatar o cessar-fogo e posterior retirada imediata de suas tropas:** influenciada pela negativa norte-americana de prover socorro financeiro ante à dificuldade econômica britânica. A ameaça soviética e a crítica da comunidade internacional, liderada pelas superpotências, se somaram à negativa dos EUA criando grande pressão interna sobre o governo britânico.

É possível notar o quão complexa foi a Crise de Suez, que conteve elementos psicossociais pelo lado do povo britânico (ressentimento pela queda do império) e pelo lado do povo norte-americano (sentimento anticolonialista), além de elementos geopolíticos, como a política de contenção norte-americana e a tentativa britânica de se manter como potência global. As características dos líderes desses dois países também foram elementos-chave nesta crise, tais como suas convicções (busca pela paz de Eisenhower e pela autoafirmação de Eden) e os aspectos de saúde do primeiro-ministro britânico. Por fim, conjunturas específicas internas em cada país também tiveram seu papel no destino da crise, como as eleições norte-americanas e a frágil saúde financeira britânica.

Pela própria complexidade já citada da crise, neste capítulo utilizamos os três níveis de análise das relações internacionais. No próximo capítulo, nos manteremos, prioritariamente, nos dois níveis mais altos, a fim de comparar a teoria realista com a realidade apresentada, chegando a conclusões que nos ajudem a compreender melhor este intrincado evento histórico.

4 A TEORIA DE MORGENTHAU APLICADA À CRISE DE SUEZ

Até o momento expressamos parte da teoria realista enunciada por Morgenthau no capítulo dois e observamos a realidade no capítulo três, por intermédio de fatos históricos ocorridos durante a Crise de Suez. Agora compararemos esses elementos a fim de verificar se a realidade possui aderência com os princípios da teoria. Do Realismo morgenthaliano selecionamos cinco fundamentos, os quais confrontaremos com as decisões e fatores que as influenciaram, extraídos dos eventos que se desenrolaram durante a crise.

O primeiro fundamento da teoria realista que escolhemos diz que **a política internacional é governada por leis objetivas que são fruto da natureza humana egoísta e pessimista**. Tal afirmação, de acordo com o Realismo, advém do instinto de sobrevivência dos indivíduos no qual se baseia a luta pelo poder, que transpassa para o nível do Estado, regulando sua atuação internacional. Dessa forma, a sobrevivência de um Estado o motivaria para que ele se engaje em uma luta pelo poder que o permita permanecer existindo, ou ainda, que lhe confira a manutenção do *status* que lhe é atribuído no sistema internacional e do qual goza vantagens. Esse conceito se relaciona com a política do *status quo*, outro fundamento que veremos de forma detalhada adiante neste capítulo.

Durante a Crise de Suez, percebemos que a decisão de Reino Unido e França em empreender uma campanha militar contra o Egito, por meio de um subterfúgio compactuado com Israel, e sem o consentimento dos EUA, teve aderência com a busca pela sobrevivência de seu império colonial. O império britânico, orgulhoso pelo fato do sol nunca se pôr em seus territórios⁴⁸, em 1956 estava em franco declínio, tal qual o francês. Ter sua autoridade

⁴⁸ O império britânico, em seu auge, era tão amplo que tinha territórios em diferentes longitudes do mundo.

desafiada pelo Egito, sua ex-colônia, privando os britânicos do Canal de Suez, símbolo da grandeza do império, era um golpe que fatalmente aceleraria o encolhimento desse império.

Mas a sobrevivência não seria apenas do império, e sim da posição de potência e liderança mundial ostentada durante muito tempo pelo Reino Unido. Era a essa imagem e a esse poder que o império estava associado, sendo o sentimento egoísta, em busca da sobrevivência que, fundamentado no conceito realista de Morgenthau previamente apresentado, teria influenciado o Estado a tentar reaver o canal e a derrubar Nasser. Nichols (2011) retrata essa tentativa britânica de sobrevivência enquanto potência:

“A reação britânica ao decreto de nacionalização beirava a histeria. [...] Seguindo a liquidação do Império Britânico após a SGM, a perda do canal parecia confirmar, sem sombra de dúvida, que o Reino Unido não era mais uma potência mundial. Suez”, referindo-se à crise, “foi uma tábua de salvação para o Reino Unido.” (NICHOLS, 2011, p. 134, tradução nossa).⁴⁹

Notamos nesse extrato vários elementos que demonstram a preocupação com a sobrevivência britânica enquanto potência, tais como a ardorosa reação britânica à nacionalização do canal pelos egípcios, o simbolismo que o Canal de Suez representava para seu império e para sua posição de potência mundial, e a oportunidade vislumbrada pelo Reino Unido de sair fortalecido após uma ação firme durante a crise.

Outro aspecto da sobrevivência do Reino Unido em 1956, desta vez não tão conceitual e intangível, mas de ordem prática, era a dependência do petróleo oriundo do Oriente Médio. “Acima de tudo, dois terços do suprimento de petróleo do Reino Unido vinham pelo canal. Seu fechamento deixaria o Reino Unido de joelhos” (NICHOLS, 2011, p. 134, tradução nossa).⁵⁰ Tal afirmação reforça que um país industrializado como o Reino Unido, em

⁴⁹ No original: “*The British reaction to the nationalization decree bordered on hysteria [...] In the wake of the liquidation of the British Empire after World War II, the loss of the canal seemed to confirm beyond all doubt that the United Kingdom was no longer a world power. Suez was a lifeline for Britain.*”

⁵⁰ No original: “*Above all, two-thirds of the Britain’s oil supply came through the canal. Its closing would bring Britain to its knees.*”

plena recuperação econômica após a SGM, não poderia se furtar do petróleo necessário para alimentar suas indústrias e sua economia, sendo que a maior parte desse petróleo era importada do Oriente Médio e passava pelo canal. Esse aspecto de sobrevivência também demonstra a aderência da decisão britânica pela ação militar ao Realismo.

Adicionalmente, o fator falta de petróleo também pesou para outra escolha britânica: aceitar o cessar-fogo e a retirada imediata de suas tropas do Egito. Aliada à desvalorização da libra, a falta de petróleo foi um dos fatores que colocou em risco a sobrevivência do Reino Unido enquanto Estado forte e saudável economicamente. A pressão dos EUA pela retirada das tropas britânicas vinha acompanhada da solução para esses problemas: a viabilidade de um empréstimo no FMI para conter a libra esterlina e a garantia do fornecimento de petróleo. Também pelo instinto de sobrevivência, o Reino Unido cedeu.

Uma possível guerra nuclear com a ex-URSS, causada pela eventual utilização de suas tropas na defesa do Egito, igualmente aponta a aderência com o fundamento da busca pela sobrevivência, por parte dos EUA, em sua decisão de coibir as ações militares de seus aliados em Suez. Conforme já foi citado no capítulo anterior, o relatório do Subcomitê de Avaliação Líquida anunciava um impacto devastador na população e no modo de vida norte-americanos, podendo ameaçar, neste caso, até mesmo sua própria sobrevivência enquanto Estado. Ainda que a vantagem considerável que os EUA possuíam na corrida nuclear naquele momento da Guerra Fria pudesse levá-los à vitória, as perdas não pareciam ser aceitáveis e poderiam prejudicar a recuperação norte-americana após esse possível conflito nuclear.

Descendo para o nível de análise do indivíduo, notamos que o egoísmo de Eisenhower, ainda que de forma secundária, também teria contribuído para a decisão de não apoiar a operação militar franco-britânica. Isso se deu por conta do prejuízo que ele poderia ter em sua campanha para a reeleição, devido à incoerência desse apoio com seu discurso

pacifista. Assim, a sobrevivência da presidência de Eisenhower também estaria em jogo, convergindo, mais uma vez, para o primeiro conceito realista de Morgenthau.

O segundo fundamento que pinçamos da teoria realista diz que **os interesses dos Estados são definidos em termos de poder**. A crise em pauta nos fornece um considerável número de exemplos nos quais este conceito é aplicável, como demonstraremos a seguir.

Voltando-nos à decisão britânica de invadir o Egito e seu objetivo de tentar garantir a sobrevivência de seu império colonial, notamos que ela teria se dado não pelo império ou pelas colônias em si, mas sim pelo poder que tal império lhe conferia no sistema internacional. Sendo assim, ainda que a manutenção do império pudesse aparentar ser o objetivo à primeira vista, ao analisarmos a questão com um pouco mais de profundidade, podemos perceber que o poder era o verdadeiro interesse.

Analogamente, os EUA também teriam representado seus principais interesses na crise em termos de poder. Isso transparece em sua decisão de censurar os atos de seus aliados, Reino Unido e França, posicionando-se contra a invasão do Egito. Tal decisão, dentre outras razões, continha sua busca pela influência diante dos Países Não Alinhados (inclusive no próprio Oriente Médio), bem como pela liderança global frente ao seu antagonista na bipolaridade, a ex-URSS. Em que pese o estremecimento de suas relações com os britânicos e franceses, a imagem desassociada do colonialismo europeu, aliada aos seus valores de independência e liberdade, eram argumentos norte-americanos para trazer esses países periféricos para sua esfera de influência, obtendo vantagem em relação aos soviéticos na corrida pela liderança global.

Seguindo para o terceiro fundamento enunciado por Morgenthau, temos que **o conceito de poder é universal, porém seu significado varia de acordo com o contexto político, histórico e cultural**. Isso pôde ser observado na visão que EUA e Reino Unido tinham

do colonialismo. Ao passo que os britânicos viam a dominação colonial como fonte de poder, tendo construído seu império global baseado nesta premissa, os norte-americanos, neste momento da história, não compactuavam com tal visão.

A sociedade norte-americana, por ter pertencido a uma ex-colônia britânica, tinha características históricas e culturais diferentes dos habitantes de sua antiga metrópole. Ainda que durante um breve período, após a vitória norte-americana na Guerra Hispano-Americana (1898), os EUA tenham se aventurado como metrópole colonial (ex. Filipinas), as críticas de sua opinião pública interna constantemente se faziam ouvir. Portanto, em 1956, tal pressão interna aumentara no sentido favorável ao anticolonialismo, o qual serviu como pretexto para a busca norte-americana pelo aumento de sua influência junto aos Países Não Alinhados, vista por eles como uma fonte de poder.

O penúltimo fundamento morgenthaliano que selecionamos relata que **os Estados adotam três posturas políticas: manter, ampliar e demonstrar poder**. Baseado nos fatos históricos retratados no capítulo três, conseguimos identificar tais posturas nas atitudes de EUA, Reino Unido e França durante a Crise de Suez.

A atitude britânica de tentar manter vivo seu império colonial, como já vimos anteriormente, é aderente aos fundamentos realistas. Mais uma vez, podemos perceber que a decisão britânica de subjugar o Egito à força e reaver o Canal de Suez surgia de uma postura política que visava manter o poder que ainda lhe restava. Poder esse que lhe fora conferido pelo império em seu auge. A postura francesa, salvaguardados alguns interesses específicos diferentes, também se assemelhava à postura política dos britânicos.

De maneira oposta ao Reino Unido, os EUA se valiam de outra atitude: ampliar seu poder. Conforme já citado anteriormente, eles pretendiam aumentar sua influência perante os Países Não Alinhados, a qual era compreendida como poder. Sendo assim, a decisão de não

apoiar os aliados europeus em suas cruzadas colonialistas buscava ampliar seu poder sobre esses países. Esse movimento norte-americano se dava no contexto da Guerra Fria, logo, tal tentativa de ampliação de poder também era voltada para obter vantagem em relação aos soviéticos na disputa pela liderança mundial.

Por fim, a terceira postura enunciada por Morgenthau se refere a demonstrar o poder. Tal atitude pode ser encontrada no fato dos EUA ter exigido a retirada imediata das tropas britânicas do Egito para viabilizar o empréstimo necessário para estabilizar a libra esterlina. A exigência foi prontamente cumprida por parte do Reino Unido, mesmo diante da avaliação de parte da comunidade internacional que tal submissão seria uma humilhação para os britânicos. Esse movimento dos EUA é coerente com a postura realista de demonstrar seu poder econômico.

O último fundamento teórico que selecionamos foi a **política do *status quo***. Esse conceito faz parte da postura de manter o poder, mas diante de sua relevância dentro da teoria realista, o analisaremos de forma mais detalhada com foco nos eventos da crise.

Conforme enunciado no capítulo dois, a política do *status quo*, ainda que tenha derivado de acordos pós-guerras, difundiu-se entre os teóricos como a tentativa de um Estado em manter inalterada a distribuição de poder, impedindo que outro Estado substituísse a posição preponderante do primeiro. Kissinger (1994) escreveu:

Antes de Suez, o Reino Unido estava perfeitamente ciente de sua dependência dos EUA, apesar que ele continuou a se conduzir como uma Grande Potência. Após Suez, ele interpretou sua “relação especial” com os EUA como um meio de obter máxima influência sobre decisões que eram essencialmente tomadas em Washington. [...] Apesar da dor causada, a Crise de Suez marcou a ascensão dos EUA à liderança mundial (KISSINGER, 1994, p. 548, tradução nossa).⁵¹

⁵¹ No original: “Before Suez, Great Britain had already become well aware of its dependence on the United States, though it had continued to conduct itself as a Great Power. After Suez, it interpreted the “special relationship” with America as a means of gaining maximum influence over decisions which were essentially made in Washington. [...] For all the pain it caused, the Suez Crisis had marked America’s ascension into world leadership.”

A citação anterior indica que, apesar do Reino Unido ter saído enfraquecido das duas guerras mundiais, opostamente aos norte-americanos, que as utilizaram para ascender como potência global; a postura dos britânicos durante a crise teria sido influenciada pela ilusão de manter o *status quo* no qual seu país possuía a liderança global. Mas, como Kissinger (1994) constatou, Suez consolidou a posição de liderança dos EUA, que a partir daquele momento competia apenas com a ex-URSS. Anwar Sadat (1918-1981), então propagandista-chefe do Egito, escreveu em 19 de novembro: “Existem apenas dois grandes poderes no mundo hoje: EUA e URSS... O ultimato pôs Reino Unido e França em seus devidos lugares, como poderes nem grandes, nem fortes” (KYLE, 2011, p. 477, tradução nossa).⁵² Essa afirmação nos mostra a percepção de boa parte da comunidade internacional, após o ultimato dos EUA para a retirada das tropas anglo-francesas, que constatou o ocaso de Reino Unido e França enquanto potências de primeira linha. Notamos, assim, que os britânicos não conseguiram manter o *status quo*.

Como pudemos verificar neste capítulo, os fundamentos que selecionamos do Realismo de Morgenthau foram identificados em alguns dos fatores geradores das decisões que EUA e Reino Unido tomaram durante a crise. A comparação da teoria com a realidade, por intermédio dos exemplos práticos listados neste capítulo, nos proporcionou percepções complementares que nos ajudam a compreender melhor a aplicação da teoria realista.

Primeiramente, percebemos que a noção de sobrevivência de um Estado é mais ampla do que sua vertente principal, a qual tenta impedir o fim desse Estado preservando seus elementos fundamentais: *território, povo e poder*.⁵³ Esse tipo primário de sobrevivência é mais notório diante de uma invasão estrangeira, da assimilação de cultura ou perante a subjugação de seu governo. Entretanto, a vertente que encontramos de maneira mais

⁵² No original: “There are Only two Great Powers in the world today, the United States and the Soviet Union... The ultimatum put Britain and France in their right place, as Powers neither big nor strong.”

⁵³ DIAS, 2013, p. 91.

abundante na crise estudada foi a da sobrevivência do *status* que o Estado goza diante do sistema internacional. Partindo dessa observação, estendemos nossa análise e percebemos que os fundamentos de Morgenthau acabam se interrelacionando.

A sobrevivência do Estado, por conta do egoísmo advindo do nível do indivíduo, geraria uma postura política de manter o poder, o qual permitiria a sobrevivência desse Estado e manteria o *status quo* do sistema internacional. Isso pode ser observado na tentativa britânica de salvar seu império colonial. O interesse egoísta de garantir a sobrevivência desse império teria levado à decisão de atacar o Egito, indicando uma postura política de manter o poder necessário para que o *status quo* internacional não fosse alterado, tendo em vista que o poder, no ideário britânico da época, era caracterizado pelo domínio colonial. Notamos, assim, que este elemento da Crise de Suez tem aderência com os cinco fundamentos morgenthalianos selecionados, indicando a consistência da teoria realista e o porquê de ela ainda ser bastante utilizada atualmente, várias décadas após o lançamento da primeira edição de *Política entre as Nações*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pudemos verificar nos capítulos anteriores, a relação entre Reino Unido e EUA na Crise de Suez é rica em posturas antagônicas, interesses próprios e decisões polêmicas, à primeira vista, a despeito da condição de aliados históricos. Pela importância desses Estados no sistema internacional e pela relevância histórica da referida crise, este estudo teve como propósito compreender tais relações diplomáticas, identificando suas principais decisões e seus fatores geradores, à luz da teoria realista de Hans J. Morgenthau.

A fim de cumprir tal objetivo, utilizamos o desenho de pesquisa confronto entre teoria e realidade, orientado pela questão principal de pesquisa: as relações diplomáticas entre Reino Unido e EUA durante a Crise de Suez possuem aderência com a teoria realista? De modo mais específico, visando auxiliar a resposta da questão principal, formulamos a questão de apoio: quais foram as principais decisões de cada um desses Estados no decorrer da crise e os aspectos que mais as influenciaram?

No capítulo três foi possível responder à pergunta de apoio, amparados nos dados retornados pela pesquisa. Existiram outras decisões secundárias e mais motivos causadores, porém, por conta do tempo disponível, nos atemos àqueles que a bibliografia consultada nos apontou como sendo os mais relevantes. De posse dessas informações, no capítulo quatro, as utilizamos como base para responder à questão principal, verificando se existia aderência aos fundamentos selecionados da teoria realista apresentados no capítulo dois.

Quando realizamos essa comparação, notamos que várias das causas motivadoras convergiram para os fundamentos realistas. Isso ocorreu nos três níveis de análise das relações internacionais. Como exemplos de convergência com o Realismo, podemos citar, no nível do indivíduo, a busca pela sobrevivência da presidência de Eisenhower nas eleições. Já no nível do

Estado, temos a tentativa britânica de manter seu poder por intermédio de seu império colonial e a política norte-americana da contenção. Por fim, no nível do sistema internacional, percebemos que a bipolaridade influenciou a crise, mormente com a ameaça soviética de defender o Egito.

Entretanto, a realidade é complexa e difícil de se descrever utilizando apenas uma teoria, por mais abrangente e consagrada que ela seja. Essa afirmação se deve ao fato de termos encontrado outros fatores, não aderentes à teoria realista, que contribuíram para a tomada das principais decisões que influenciaram a relação entre os aliados. A pressão interna dentro do Reino Unido, principalmente o clamor popular, exigindo uma reação imediata à nacionalização do Canal de Suez, teria sido muito mais emocional do que baseada no racionalismo presente na teoria realista. A convicção de Eisenhower na busca por soluções pacíficas remeteria à sua condição de militar experiente, que vivenciou os horrores da SGM, os quais ainda pesavam na sua consciência e da maioria dos cidadãos norte-americanos. Esse outro aspecto emocional da personalidade do líder também teve seu peso na repreensão dos EUA frente à campanha militar britânica no Egito.

Além do componente emocional, notamos que eventos casuísticos também tiveram seu papel em Suez. A fraca interlocução de Dulles contribuiu para diversos erros de percepção, tanto do governo dos EUA, quanto do governo britânico. A escolha do Reino Unido de prosseguir com a ação militar, em parte, se apoiara na confiança que ocorreria o suporte, ou pelo menos a não intervenção, por parte dos EUA. Por sua vez, a incredulidade e a surpresa do governo norte-americano diante da audácia britânica adicionou mais um componente emocional à sua reação. Outro fator isolado que contribuiu para a decisão do Reino Unido pela ação militar, em um arriscado estratagema com Israel, teria sido a condição de saúde de Eden naquele momento. Esse fato não se relaciona com a teoria, tampouco com quaisquer das relações diplomáticas

existentes com os EUA ou com o Egito, mas teria afetado a capacidade de decisão de um personagem-chave na crise, tendo sua parcela de influência em seu desenrolar.

Por fim, respondemos à questão principal ao verificar que as relações diplomáticas entre EUA e Reino Unido durante a Crise de Suez encontraram, em parte, aderência aos princípios selecionados da teoria realista. Porém essas relações também foram influenciadas por componentes emocionais, casuísmos e características pessoais dos líderes. Notamos que a complexidade que caracterizou as relações diplomáticas estudadas somente pôde ser verificada após um estudo histórico minucioso, sendo consultadas fontes de ambos os lados. Ainda que o propósito do trabalho tenha sido atingido, certamente este estudo, pelo tempo disponível diante da vasta bibliografia existente sobre o assunto, não o esgota. Logo, incentivamos que novas pesquisas possam realizar uma análise mais profunda dos elementos apresentados neste trabalho, bem como focar em outros pontos aqui não abordados, de forma a contribuir para a melhor compreensão deste importante evento que foi um marco na solidificação da nova ordem mundial pós SGM.

Generalizando tais reflexões a partir da situação particular de Suez, vemos a relevância dessas considerações, pois a complexidade das relações interestatais é de difícil percepção quando as ações estão em curso, principalmente pelos níveis hierárquicos mais baixos que normalmente perseguem os objetivos traçados pelo nível político. As lideranças militares britânicas com suas tropas estacionadas em Suez, a poucas horas da conquista completa do canal, dificilmente compreenderam o porquê de um cessar-fogo. Aceitar tal complexidade e atentar para os componentes aqui listados no exemplo de Suez poderiam ajudar diversos níveis hierárquicos da Marinha do Brasil e das demais forças armadas brasileiras no planejamento e execução de suas operações, buscando acompanhar e até se antecipar ante as evoluções políticas e diplomáticas, afinal, a guerra é a continuação da política.

REFERÊNCIAS

ALDRICH, Winthrop W. The Suez Crisis. *Foreign Affairs*, [S.l.], Volume 45, Number 3. Apr. 1967. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-kingdom/1967-04-01/suez-crisis>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

AUGUSTYN, Adam. Cold War. In: ENCYCLOPEDIA Britannica. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/Cold-War>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

BOWIE, Robert R. *Suez 1956: International Crisis and the Role of Law*. London: Oxford University Press, 1974 *apud* NYE, Joseph S. *Understanding International Conflicts: an introduction to theory and history*. 6th ed. New York: Pearson, 2007. (Longman Classics in Political Science).

CHAMBERLAIN, M. E. *Decolonization: the Fall of the European Empires*. 2nd ed. Oxford: Blackwell Publishers, 1999. p. 15-83. (Historical Association Studies).

DIAS, Reinaldo. *Ciência Política*. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Atlas, 2013. p. 91.

HANEY, Patrick J. *Organizing for Foreign Policy Crises: presidents, advisers, and the management of decision making*. [Ann Arbor]: University Of Michigan Press, 2002. 183 p.

JAMES, Robert Rhodes. *Anthony Eden: a biography*. New York: McGraw-Hill Book Company, 1987. p. 441-598. Disponível em: <<https://archive.org/details/anthonyeden00robe>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon & Shuster, 1994. p. 522-549.

KUNZ, Diane B. *The Economic Diplomacy Of The Suez Crisis*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1991. p. 148.

KYLE, Keith. *Suez: Britain's End of Empire in the Middle East*. London: I. B. Tauris, 2011. 686 p.

MAGNOLI, Demétrio (Org.). *História das guerras*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 425-451.

MIĆUNOVIĆ, Veljko. *Moscow Diary*. New York: Chatto & Windus, 1980 *apud* KYLE, Keith. *Suez: Britain's End of Empire in the Middle East*. London: I. B. Tauris, 2011.

MINGST, Karen A.; ARREGUÍN-TOFT, Ivan M. *Princípios de Relações Internacionais*. Tradução de Cristiana de Assis Serra da 6^a edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2014. p. 57-73. Título original: *Essentials of International Relations*.

MORGENTHAU, Hans J. *Politics among Nations: the struggle for power and peace*. New York: Alfred A. Knopf, 1948. p. 1-25.

MORGENTHAU, Hans J. *Politics among Nations: the struggle for power and peace*. 2nd ed. rev. and enl. New York: Alfred A. Knopf, 1954. XXII, 600, XXV p.

MORGENTHAU, Hans J. *A Política Entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz*. Tradução de Oswaldo Biato da 6^a edição revisada por Kenneth W. Thompson. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003. p. XI-XXXVIII. (Clássicos IPRI). Título original: *Politics among Nations: the struggle for power and peace*.

MUNRO, André. Hans Morgenthau. In: *ENCYCLOPEDIA Britannica*. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Hans-Morgenthau>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

NICHOLAS, Hebert G. Winston Churchill. In: *ENCYCLOPEDIA Britannica*. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Winston-Churchill/As-prime-minister-again>>. Acesso em: 27 jul. 2022.

NICHOLS, David A. *Eisenhower 1956: the president's year of crisis: suez and the brink of war*. New York: Simon & Schuster, 2011. 346 p.

NYE, Joseph S. *Understanding International Conflicts: an introduction to theory and history*. 6th ed. New York: Pearson, 2007. p. 179-81. (Longman Classics in Political Science).

OWEN, David. The effect of Prime Minister Anthony Eden's illness on his decision-making during the Suez crisis. *QJM: An International Journal of Medicine*, [Oxford, UK], Volume 98, Issue 6, p. 387-402. May 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/qjmed/hci071>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

VARBLE, Derek. *The Suez Crisis 1956*. [S.l.]: Osprey Publishing, 2003. p. 9-10. (Essential Histories).

VEGA, Enrique (Comp.). *Realidades y Perspectivas de la Gestión Internacional de Crisis*. Madrid: Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado, 2007. p. 18.

WALLENFELDT, Jeff. *League of Nations*. In: *ENCYCLOPEDIA Britannica*. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/League-of-Nations>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

WESTAD, Odd Arne. *The Cold War: a world history*. New York: Basic Books, 2017. 720 p.

YERGIN, Daniel. *The Prize: the epic quest for oil, money and power*. New York: Simon & Shuster, 1991. p. 479-498.

ZEIDAN, Adam. *Commonwealth*. In: *ENCYCLOPEDIA Britannica*. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/Commonwealth-association-of-states>>. Acesso em: 27 jul. 2022.

APÊNDICE A

CRONOLOGIA RESUMIDA DA CRISE DE SUEZ

- 14 de maio de 1948: Independência de Israel.
- 15 de maio de 1948: Início da Primeira Guerra Árabe-Israelense.
- 31 de janeiro de 1949: Armistício assinado por Israel e Egito encerra a Primeira Guerra Árabe-Israelense.
- 23 de julho de 1952: Conselho do Comando Revolucionário substitui o Rei Farouk no governo do Egito. Nasser participa do golpe, se tornando presidente em 1954.
- Janeiro de 1953: Dwight D. Eisenhower se torna presidente dos EUA.
- 27 de julho de 1954: Assinado o Tratado Anglo-Egípcio encerrando a ocupação britânica da zona do Canal de Suez, com retirada das tropas em até dois anos.
- Abril de 1955: Anthony Eden se torna primeiro-ministro britânico.
- Setembro de 1955: Egito endurece o bloqueio do Estreito de Tiran contra Israel. Egito anuncia um acordo de compra de armas soviéticas via ex-Cecoslováquia.
- 13 de junho de 1956: Reino Unido retira suas tropas da base do Canal de Suez, encerrando 72 anos de ocupação.
- 19 de julho de 1956: EUA anuncia a retirada do financiamento para a construção da represa de Assuã no Egito.
- 26 de julho de 1956: Nasser nacionaliza o Canal de Suez.
- 15 a 24 de agosto de 1956: Realização da conferência marítima sobre o Canal de Suez.
- 23 de agosto de 1956: Ex-URSS declara que enviará tropas caso o Egito seja atacado.
- 1º de outubro de 1956: Criada a Associação de Usuários do Canal de Suez.

- 22 a 24 de outubro de 1956: Acordo de Sèvres. Israel, Reino Unido e França planejam a invasão do Egito.
- 29 de outubro de 1956: Israel invade a Península do Sinai, no Egito.
- 30 de outubro de 1956: Reino Unido determina que Israel e Egito recuem suas tropas para dez milhas distante das margens do Canal de Suez.
- 31 de outubro de 1956: França e Reino Unido bombardeiam alvos no Egito, iniciando a campanha militar. Egito afunda navios e bloqueia o canal para a navegação.
- 1º de novembro de 1956: Assembleia Geral da ONU emite resolução para imediato cessar-fogo no Egito.
- 5 de novembro de 1956: Bulganin envia cartas a Israel, França e Reino Unido contendo ameaças de ataques com mísseis contra esses países.
- 6 de novembro de 1956: Reino Unido e França concordam com o cessar-fogo. Eisenhower é reeleito como presidente dos EUA.
- 23 de novembro de 1956: Eden viaja para a Jamaica por motivos de saúde.
- 3 de dezembro de 1956: Reino Unido anuncia retirada imediata das tropas do Egito.
- 22 de dezembro de 1956: Saída das últimas tropas anglo-francesas do Egito.
- 9 de janeiro de 1957: Eden renuncia ao cargo de primeiro-ministro.
- Março de 1957: Tropas israelenses desocupam a Península do Sinai.
- 29 de março de 1957: Canal de Suez é liberado para navegação.

Fonte: VARBLE, 2003, p. 9-10, adaptado pelo autor, 2022.

ANEXO A

MAPA DO ESTREITO DE TIRAN



FIGURA 1 – Estreito de Tiran.

Fonte: *Epic History TV*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lLvqZ1uflwk>>. Acesso em 31 jul. 2022. (Houve alteração na ilustração com o acréscimo da cidade de Eilat).

ANEXO B

ENCOLHIMENTO DO IMPÉRIO COLONIAL BRITÂNICO

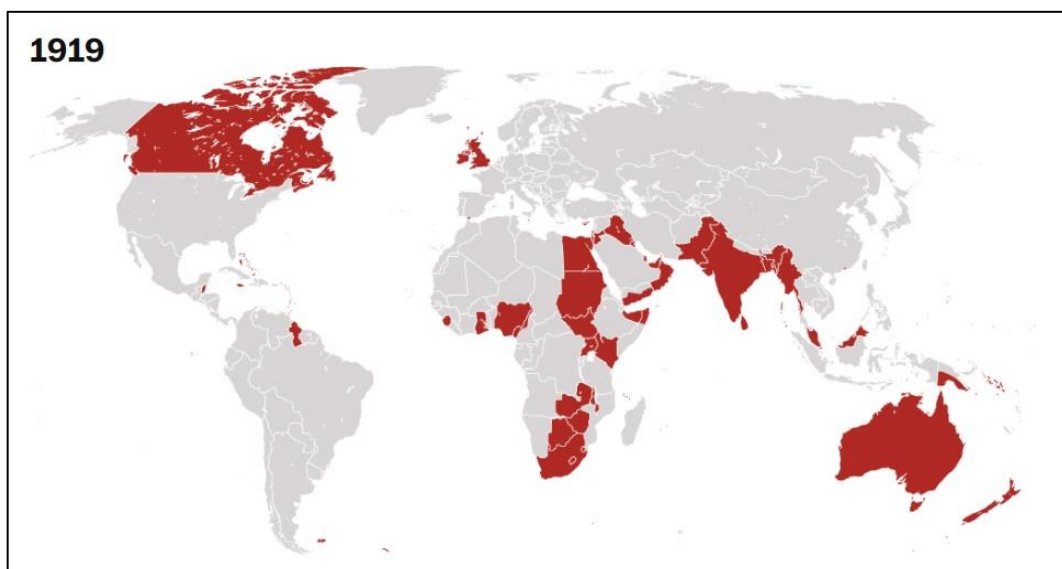


FIGURA 2 – Império Britânico em 1919.

Fonte: *The Washington Post*. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2015/09/08/map-the-rise-and-fall-of-the-british-empire/>>. Acesso em 31 jul. 2022.

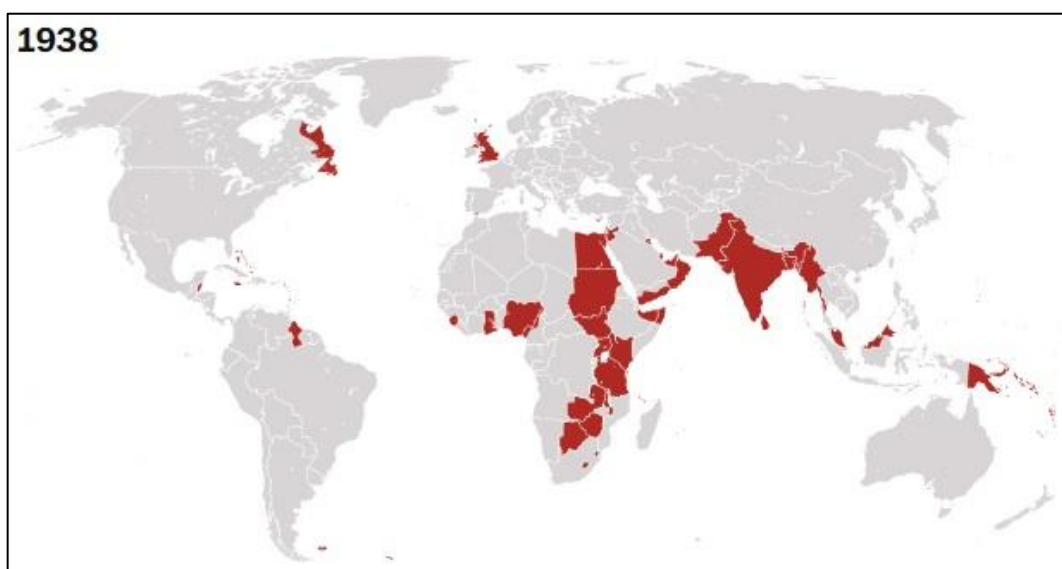


FIGURA 3 – Império Britânico em 1938.

Fonte: *The Washington Post*. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2015/09/08/map-the-rise-and-fall-of-the-british-empire/>>. Acesso em 31 jul. 2022.

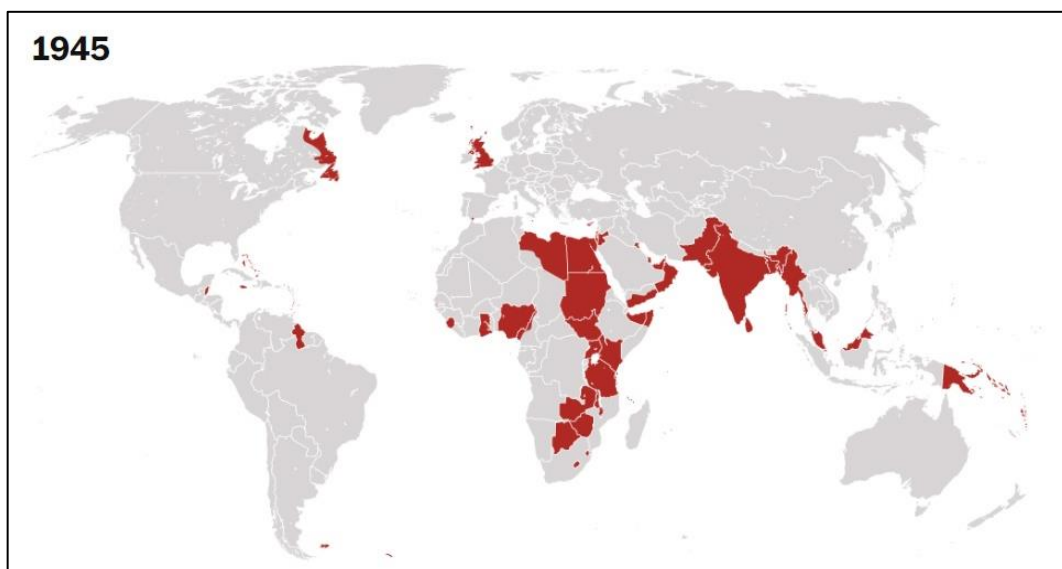


FIGURA 4 – Império Britânico em 1945.

Fonte: *The Washington Post*. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2015/09/08/map-the-rise-and-fall-of-the-british-empire/>>. Acesso em 31 jul. 2022.

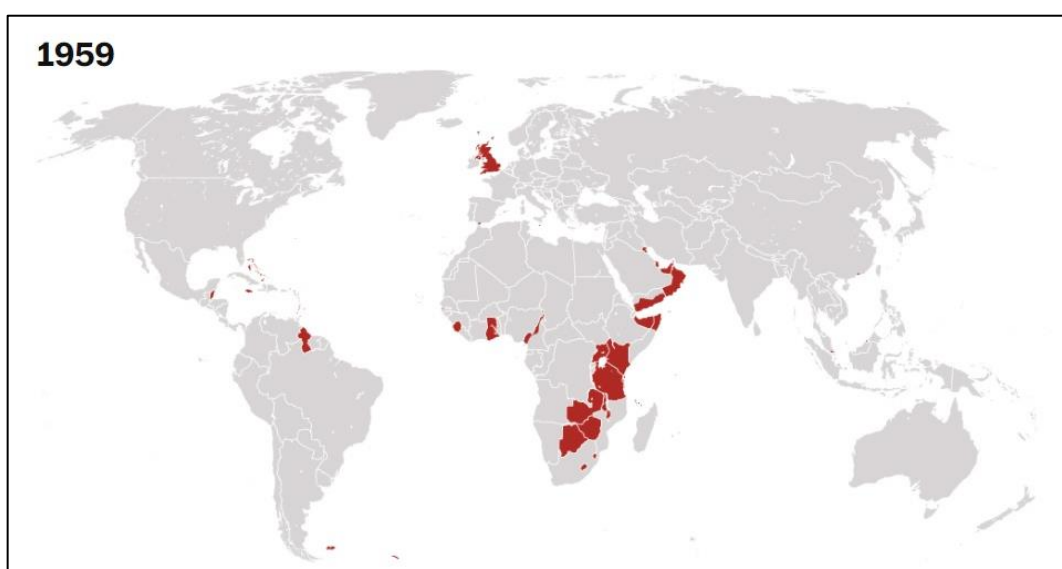


FIGURA 5 – Império Britânico em 1959.

Fonte: *The Washington Post*. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2015/09/08/map-the-rise-and-fall-of-the-british-empire/>>. Acesso em 31 jul. 2022.

ANEXO C

MAPA DA REGIÃO DO CANAL DE SUEZ



FIGURA 6 – Ligação entre o Mar Vermelho e o Mar Mediterrâneo (1956).

Fonte: *Epic History TV*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ILvqZ1ufLwk>>. Acesso em 31 jul. 2022. (Houve alteração na ilustração com a indicação do Canal de Suez).



FIGURA 7 – Canal de Suez.

Fonte: *National Army Museum*. Disponível em: <<https://www.nam.ac.uk/explore/suez-crisis>>. Acesso em 31 jul. 2022.